



Am
h

DATA DA REUNIÃO: TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE A PARTIR DO ITEM DOIS DA PRESENTE ACTA.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS.-----

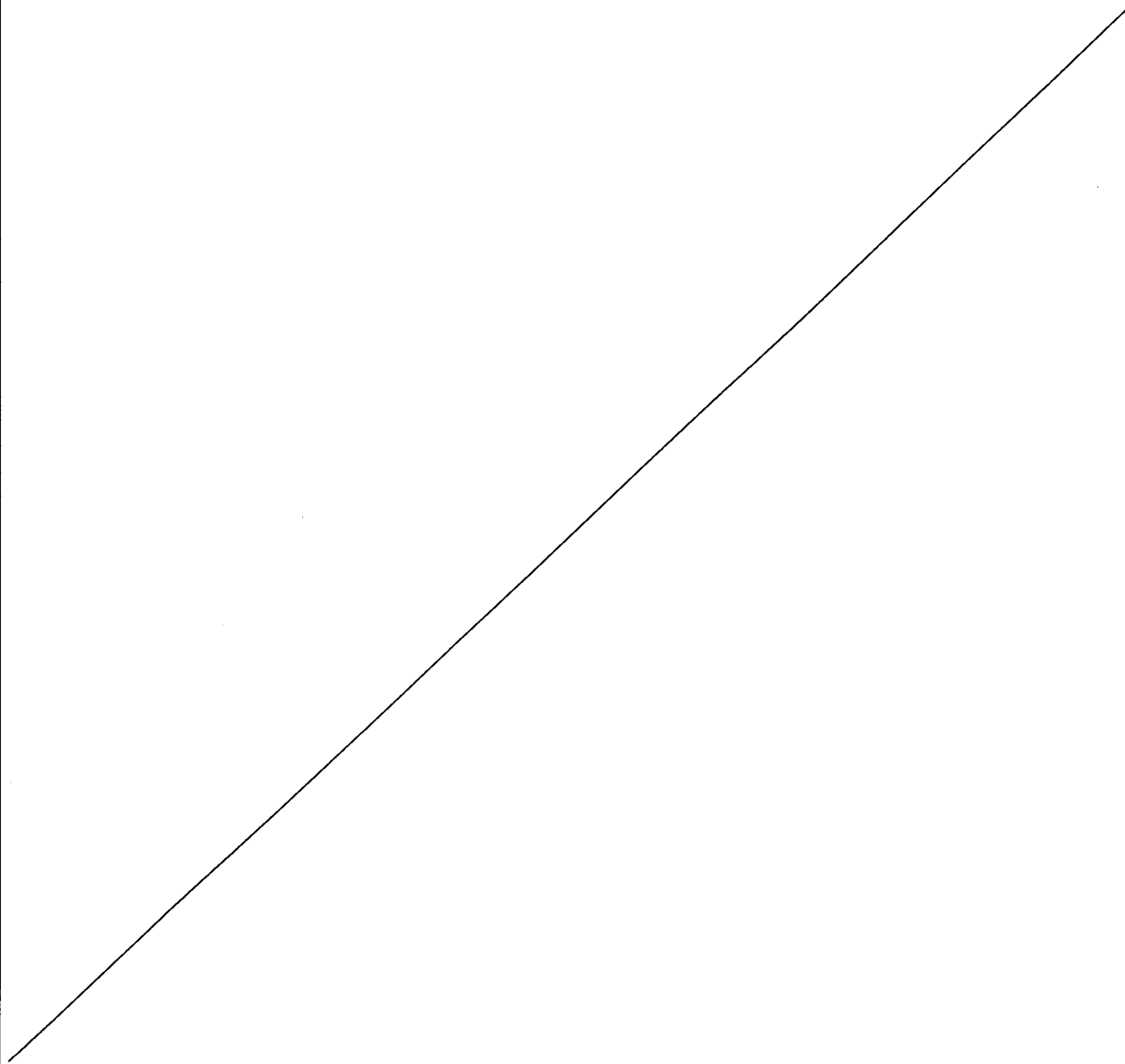


Are
H

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA





Ar
H

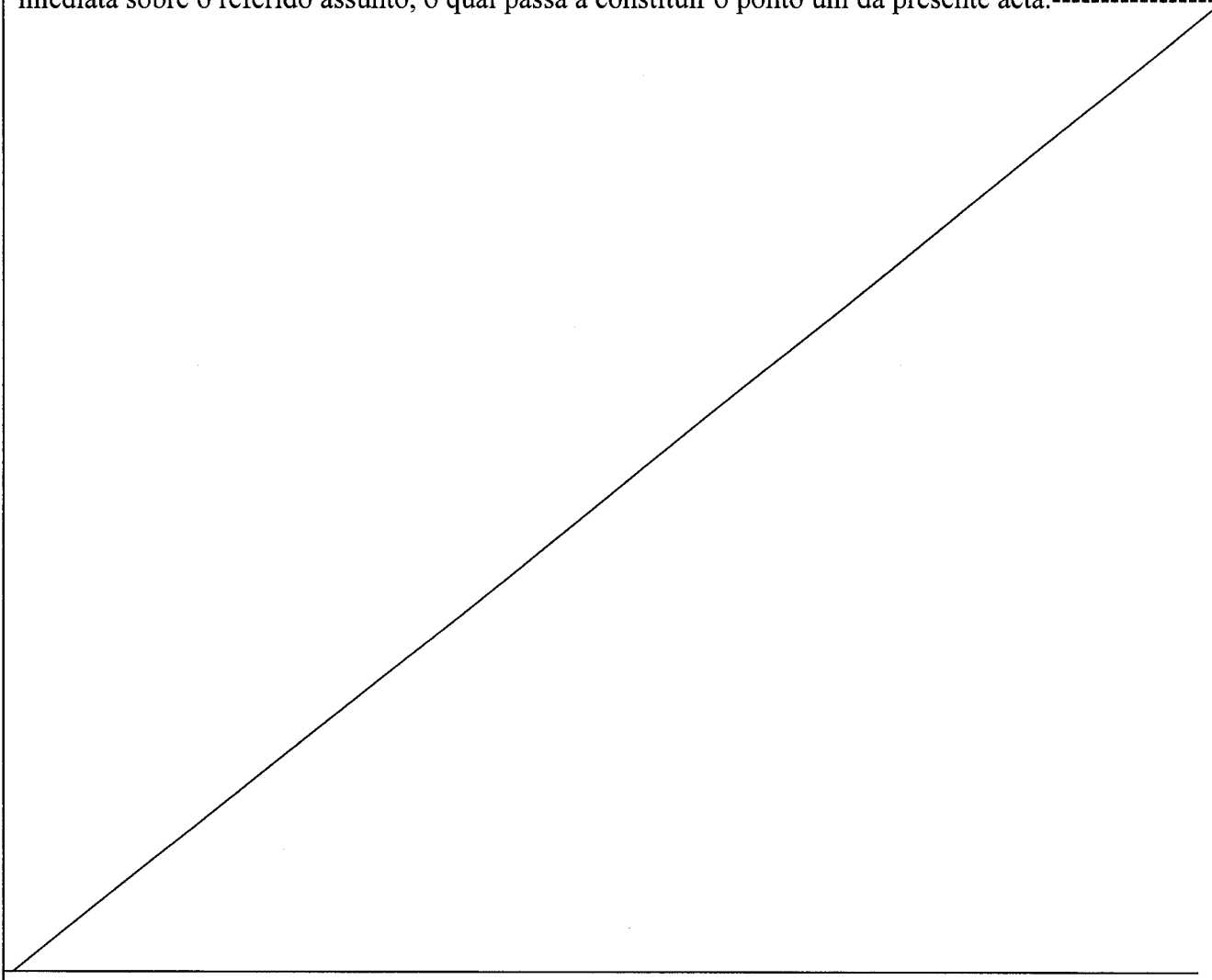
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Antes da entrada na discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o Senhor Presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre o seguinte assunto:-----

- Requerimento do Senhor Vereador Dr. João Manuel Machado Faria de Abreu: Pedido de prorrogação do prazo de suspensão do mandato: Apreciação..-----

A Câmara deliberou, com seis votos a favor, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o referido assunto, o qual passa a constituir o ponto um da presente acta.-----

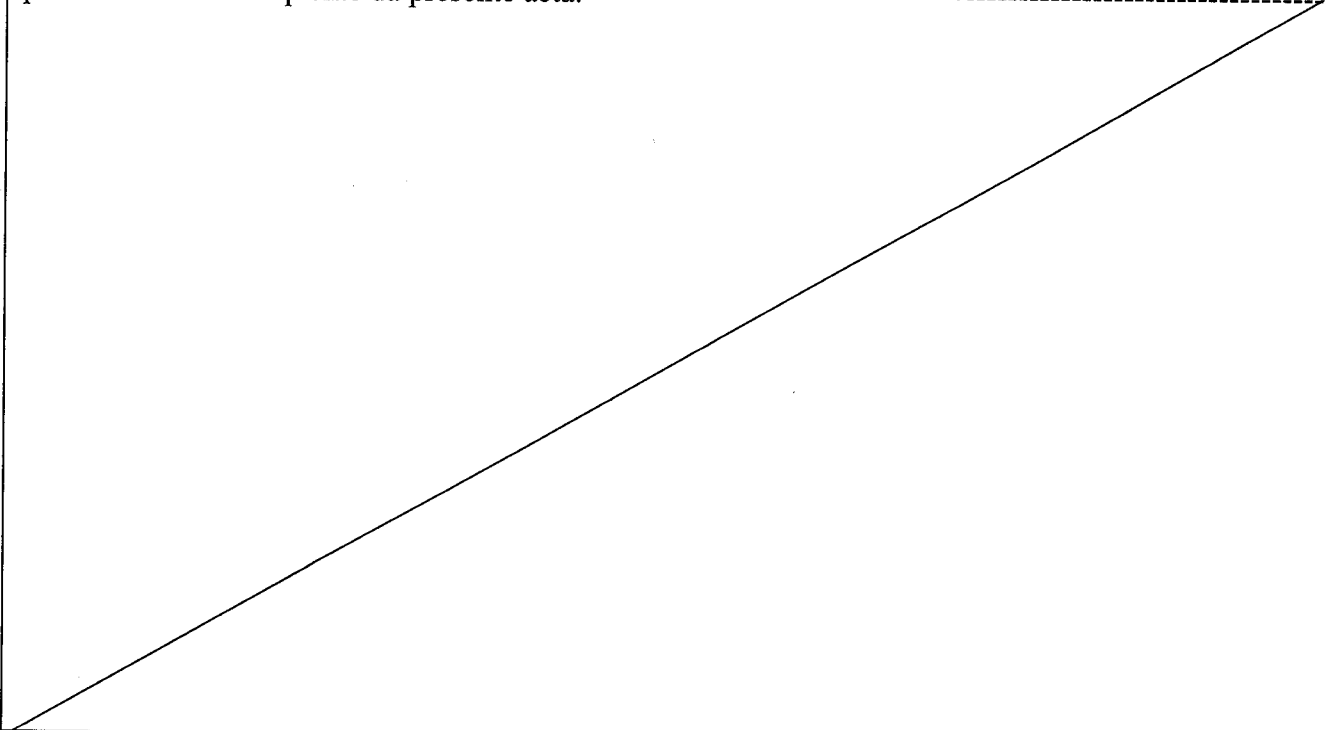




1. REQUERIMENTO DO SENHOR VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU: PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DO MANDATO: APRECIÇÃO.-----

Presente requerimento do Senhor Vereador Dr. João Manuel Machado Faria de Abreu, de vinte e oito do corrente mês de Junho, registado com o número sete mil quinhentos e quinze, a requerer a prorrogação do prazo da suspensão do seu mandato, pelo período de três meses, a contar da data do termo do prazo anterior, ou seja a partir de vinte e oito do corrente mês de Junho, por se manterem as razões justificativas da suspensão – afastamento temporário da área da autarquia, por razões de carácter profissional.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade, (seis votos a favor) considerar que as razões invocadas pelo Senhor Vereador são motivo de suspensão do mandato, tendo deferido o pedido de prorrogação do prazo de suspensão do mandato pelo período de tempo requerido, mantendo-se em funções, em substituição do identificado Vereador, o Senhor Dr. Carlos Alberto Lopes Pacheco, a partir do item subsequente da presente acta.-----

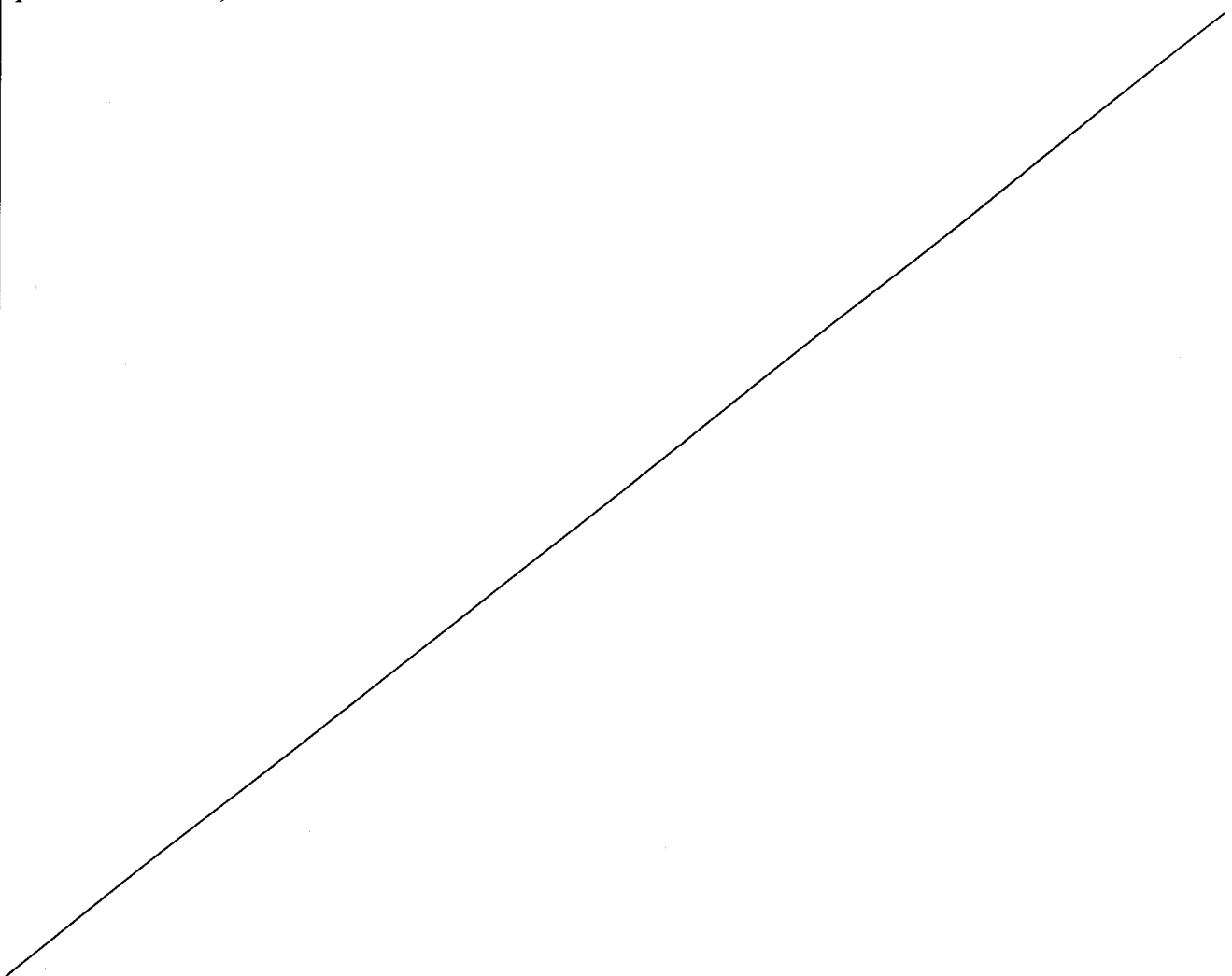




Handwritten signature and initials.

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----

Em consequência da introdução do ponto anterior (item um da presente acta), os assuntos constantes da Ordem do Dia foram renumerados na ordem da sua discussão e votação, passando o ponto um da ordem do dia a ser o ponto dois da acta, o ponto dois da ordem do dia passou a ser o ponto três da acta, e assim sucessivamente.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

6

Arj

Praça 25 de Abril

4780-373 SANTO TIRSO

Tel. +351 252 830 400

Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt

www.cm-stirso.pt

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 30/JUNHO/2010 – ACTA Nº 16

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (16/06/2010)
- 2 – Projecto de Regulamento de Transportes Escolares
- 3 – Empreitada: “Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz”: Manutenção do procedimento de ajuste directo: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 4 – Empreitada: “Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz”: Decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos identificados por um interessado (Artigo 61º do Código dos Contratos Públicos)
- 5 - Constituição de Servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre terrenos destinados à construção do Interceptor da Ribeira do Pisão: Constituição pela via do direito privado relativamente à parcela 32
- 6 – Protocolo de Cooperação celebrado em 30/10/2009 entre o município de Santo Tirso e a sociedade Planeta Informático Lda: Ratificação
- 7 – Proposta de Celebração de Protocolo com a sociedade Planeta Informático Lda para execução do Protocolo celebrado em 30/10/2009: Aprovação
- 8 – Celebração de Protocolos entre o município de Santo Tirso e as entidades gestoras dos refeitórios escolares de estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do ensino básico: Ratificação
- 9 – Celebração de Protocolos entre o município e diversas entidades, tendo por objecto assegurar o prolongamento dos horários nos jardins-de-infância: Ratificação
- 10 – Proposta de atribuição de subsídios para colónias de férias – 1ª fase

7



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

7

11 – Junta de Freguesia de Vilarinho: Alargamento e construção de um muro de suporte na Rua da Escola: Pedido de Subsídio

12 - Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 25 de Junho de 2010

O Presidente,



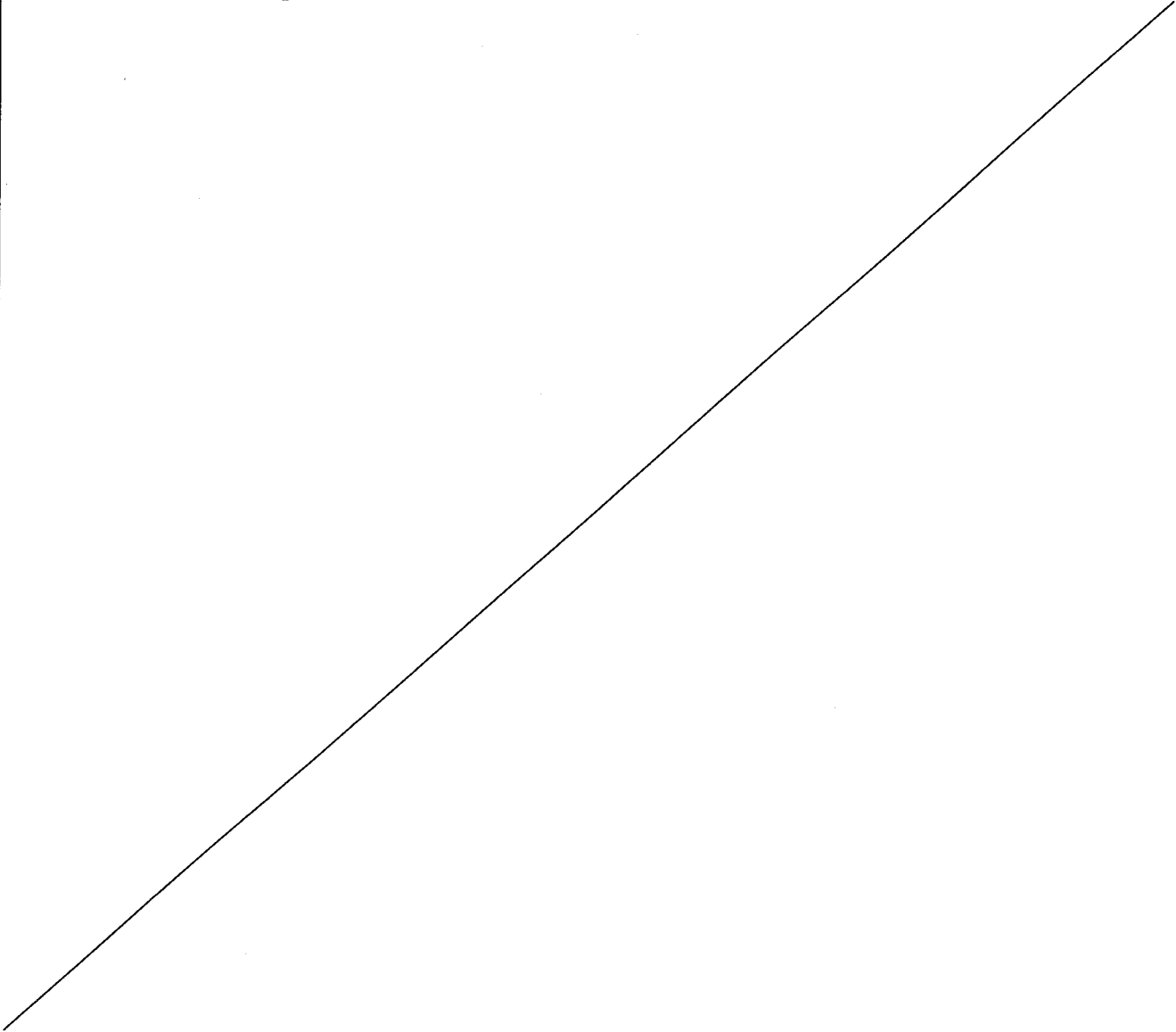
Ar
[Signature]

2. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (16/06/2010).----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia dezasseis do corrente mês de Junho, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar
[Signature]

**3. PROJECTO DE REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES:
APROVAÇÃO.**-----

Presente o Projecto de Regulamento de Transportes Escolares, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, para todos os efeitos legais, constituindo o Anexo I da mesma, composto por sete folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 7 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, em conjugação com o disposto na alínea m) do n.º 1 do mesmo artigo 64º, deliberasse aprovar o referido Regulamento, para entrar em vigor quinze dias após a publicação de Edital no edifício dos Paços do Concelho.-----

Pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte proposta de alteração (aditamento de duas alíneas) ao artigo 12º:-----

[A large diagonal line is drawn across the remaining space of the page, indicating that the content has been crossed out or is otherwise void.]

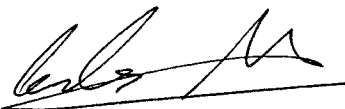
Reunião de Câmara de 30 de Junho de 2010

Ponto 2 da Ordem do Dia – Projecto de Regulamento dos Transportes Escolares

Os vereadores eleitos nas listas do PSD apresentam uma proposta de alteração do projecto de Regulamento dos Transportes Escolares com a introdução das seguintes alíneas no artº 12º:

- a) Cumprir na íntegra a legislação em vigor (legislação (Lei nº 13/2006 de 17 de Abril) sobre a organização do transporte de crianças para estabelecimentos de ^{educação e ensino} ~~ensino~~, nomeadamente em matéria de segurança;
- b) Garantir às crianças do ensino básico, independentemente do tipo de serviço contratualizado, os princípios enunciados no nº 1 do artº 10º da Lei nº 13/2006 de 17 de Abril ("A cada criança corresponde um lugar sentado no automóvel, não podendo a lotação do mesmo ser excedida").

Mantendo-se as restantes alíneas, passando o artº 12º a ter 10 alíneas.

António Sfriso




AR

do

Seguidamente o Senhor Presidente submeteu à votação do executivo camarário o Projecto de Regulamento que se encontra anexo à presente acta (Anexo I).-----

O referido projecto foi aprovado com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e dois votos contra dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

De seguida, o Senhor Presidente submeteu à votação a proposta de alterações apresentada pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que consta da antecedente folha, que foi rejeitada com cinco votos contra dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e dois votos a favor dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

Pelo Senhor Presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a Proposta de Regulamento de Transportes Escolares e contra as propostas de alteração, porque entendemos que esta é a melhor forma de resolver o problema de Transportes Escolares do Concelho de Santo Tirso com segurança.-----

Votamos contra a proposta de alteração do Partido Social Democrata dado que a alínea a) da proposta se limita a uma redundância que é a de propor “Cumprir a legislação em vigor...” o que é perfeitamente garantido no Regulamento de Transportes Escolares hoje aprovado que foi elaborado com base na lei n.º 13/2006 de 17 de Abril.-----

Quanto à alínea b) da proposta do Partido Social Democrata esta é uma proposta demagógica dado que citando um artigo e uma alínea da lei, “esquece” um outro articulados (art.º 2º n.º 3) que diz:-----

“- A presente lei não se aplica aos transportes em táxi e aos transportes públicos regulares de passageiros, salvo se estes forem especificamente contratualizados para o transporte de crianças”.-

Por tudo isto votamos contra a proposta do Partido Social Democrata até porque com o Regulamento aprovado estão garantidos os pressupostos da lei e a segurança das crianças”.-----



Acc
40

Seguidamente pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do PPD/PSD votaram contra o Projecto de Regulamento de Transportes Escolares já que o mesmo não alude os princípios da segurança que a Lei 13/2006, de 17 de Abril, enuncia, situação que os Vereadores do Partido Social Democrata procuraram corrigir com a proposta de alteração ao artigo 12º que apresentou e que não mereceu acolhimento favorável dos senhores edis do Partido Socialista”.-----



Al
H

4. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA COSTA – RORIZ”: MANUTENÇÃO DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRECTO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, de quinze do corrente mês de Junho, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes quatro folhas, que decidiu manter o procedimento por ajuste directo para execução da obra acima referida, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

14

Despacho - Procedimento de ajuste directo no âmbito da empreitada de "Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz"

Na sequência da declaração de insolvência da Sociedade Domingos Carvalho, S.A., proferida por sentença de 07/04/2010 no âmbito do Processo nº1596/10.4TBBRG do 2º Juízo Cível do tribunal Judicial de Braga, veio a Câmara Municipal de Santo Tirso, por deliberação de 05 de Maio (item 6), a reconhecer a caducidade do contrato de empreitada (celebrado em 14/01/2009) da "Construção da escola básica do 1º ciclo com Jardim-de-infância da Costa – Roriz", ao abrigo do disposto no nº1 do art.147º do DL nº 55/99, de 2 de Março.

Com fundamento na informação da Sra. Vereadora da Educação de 26/04/2010, cujo teor se reproduz nos considerando abaixo enunciados, veio também a deliberar proceder à abertura de procedimento por ajuste directo, com consulta a cinco entidades, para conclusão da referida obra, ao abrigo do disposto no DL nº 34/2009, de 6 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DL nº29/2010, de 1 de Abril, e do art. 24º, nº1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos.

Em consequência, veio o procedimento de ajuste directo a seguir toda a tramitação legal que lhe é inerente, com a seguinte designação da empreitada: "Construção do Centro Escolar da Costa – Roriz".

Sucede que, no dia 7 de Junho corrente, foi publicada a Resolução da Assembleia da República nº52/2010, que fez cessar a vigência do DL nº29/2010, de 1 de Abril (o qual, em parte, havia fundamentado o recurso ao ajuste directo para a conclusão da obra) e reпрistinar as normas, expressamente, por ele revogadas.

O DL nº29/2010, cuja vigência se vê agora cessada, prorrogou o regime excepcional de contratação pública, criado pelo DL nº34/2010, em relação ao eixo prioritário de modernização do parque escolar, sendo aplicável aos procedimentos de formação dos contratos públicos cuja decisão de contratar tivesse sido tomada até 31 de Dezembro de 2010.

Assim, no que se refere à duração das medidas excepcionais que o DL nº 34/2009 instituiu, o procedimento de ajuste directo passa a ser aplicável

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Abandono
Crianças e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR

apenas aos procedimentos de formação dos contratos públicos cuja decisão de contratar tenha sido tomada até 31 de Dezembro de 2009.

Dispõe o nº 4 do art. 169º da Constituição da República que *"se for aprovada a cessação da sua vigência, o diploma deixará de vigorar desde o dia em que a resolução for publicada no diário da República"*.

Dado que a Referida Resolução da Assembleia da República foi publicada no dia 7 de Junho corrente, tem-se por cessada a vigência do DL nº 29/2010 a partir dessa data.

O procedimento de ajuste directo em causa encontra-se em fase de entrega das propostas, terminando o seu prazo no dia 16 de Junho.

É urgente proceder-se à conclusão da obra em causa, a qual já não se compadece com a abertura de um (novo) concurso público.

Nestes termos, e tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que a escola básica do 1º ciclo com Jardim-de-infância da Costa – Roriz, foi definida na Carta Educativa, no seu ponto 5, como 3ª prioridade da Câmara Municipal para a modernização do parque escolar;

Considerando que essa prioridade deve-se ao facto das instalações existentes não reunirem as condições necessárias, obrigando a que as Actividades de Enriquecimento Curricular se realizem noutro edifício (ex-escola do Calvário) o que implica graves inconvenientes logísticos e educacionais.

Considerando que a construção deste Centro Escolar irá colmatar o problema de lotação das salas destinadas ao Jardim-de-infância, uma vez que as existentes na EB1 da Ribeira já não dão resposta à procura para o pré-escolar;

Considerando que apenas com a entrada deste novo edifício estarão criadas condições para que sejam implementadas acções de apoio à família, assim como a valência de ATL (após AEC), uma vez que este edifício está concebido de forma a possibilitar este tipo de actividades;

Considerando que outra das vantagens resultantes da construção do Centro Escolar prende-se com a possibilidade do mesmo integrar a rede de



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

bibliotecas escolares, permitindo aos alunos um maior acesso à informação disponível para a melhoria da aprendizagem;

Considerando as precárias condições em que se encontra a cantina/refeitório, devido à sua exiguidade, não permitem o seu cabal funcionamento, o qual apenas tem sido possível graças ao empenho de toda a comunidade escolar, nomeadamente da Associação de Pais;

Considerando que na actual escola as acessibilidades internas colocam em risco algumas regras de segurança, até porque a forma como está concebido o refeitório não permite o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, designadamente em cadeiras de rodas;

Considerando que da construção do novo Centro Escolar poderá emergir uma reorganização da rede de escolas do concelho, prevendo-se a integração de outra escola com proximidade geográfica (Aldeia do Monte, cuja previsão de funcionamento aponta para uma crescente diminuição do número de alunos, actualmente funciona com duas turmas do 1º ciclo e uma do pré-escolar), o que levará a um desempenho pedagogicamente mais aconselhável: a constituição de uma única turma por ano de escolaridade;

Considerando que a não conclusão do novo edifício no corrente ano põe em causa o normal desenvolvimento das actividades escolares e o desejável ensino de qualidade, prejudicando os alunos e o respectivo sucesso educativo;

Considerando que a conclusão do novo edifício tem de operar até Dezembro do corrente ano, dado que, nesse prazo, tem de estar concluída a execução física e financeira da obra, sob pena deste Município perder a candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, ON.2 – Norte – 03 – 0344 – FEDER - 000145;

Considerando ainda que se pretende efectivar a transferência dos alunos para o novo edifício no período de interrupção escolar das férias de Natal;

Considerando que a próxima reunião ordinária do executivo camarário só se encontra agendada para o dia 30 de Junho;

SISTEMA CERTIFICADO



Serviços de Classe Particular,
Acção Social e Atendimento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

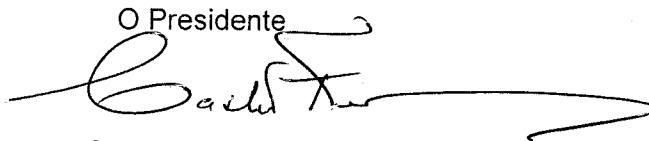
Considerando a urgência do assunto e dado não ser possível reunir extraordinariamente o executivo camarário, antes dessa data, além de que as reuniões extraordinárias acarretam despesas extra para o Município;

Decido, ao abrigo do disposto no nº3 do art. 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, manter o procedimento de ajuste directo, com consulta a cinco entidades, para conclusão da obra em causa, com fundamento no disposto na alínea c), do nº1, do art. 24º do Código dos Contratos Públicos.

Remeta-se o presente Despacho à próxima reunião de Câmara para ratificação e dê-se conhecimento do seu teor ao DOM para efeitos da devida publicitação, na plataforma electrónica, aos concorrentes.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 15 de Junho de 2010

O Presidente



Castro Fernandes



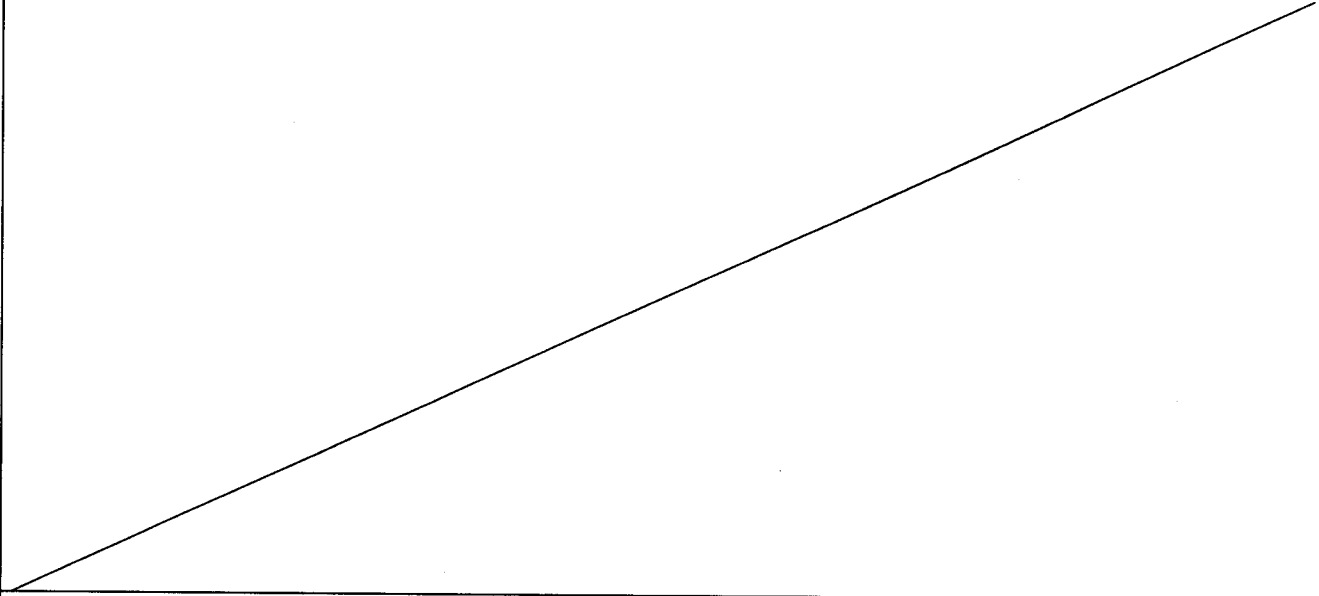
5. EMPREITADA: “CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA COSTA – RORIZ”: DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS IDENTIFICADOS POR UM INTERESSADO (ARTIGO 61º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).-----

Presente o processo relativo ao procedimento identificado em epígrafe, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberações da câmara municipal de cinco e dezanove de Maio findo, do qual consta lista de erros e omissões do caderno de encargos apresentada pela interessada Edinorte – Edificações Nortendas, S.A.-----

Do processo consta informação do autor do projecto, Jorge Pinheiro Rodrigues – Arquitectos, Unipessoal, Lda, no sentido de que não são de aceitar as reclamações apresentadas.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de catorze do corrente mês de Junho, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, que decidiu expressamente rejeitar a lista de erros e omissões apresentada pela referida sociedade.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----



DESPACHO

19



Despacho – Decisão sobre erros e omissões

No âmbito do procedimento de ajuste directo, aberto para conclusão da empreitada de “Construção do centro escolar da Costa – Roriz”, veio a ser apresentada, dentro do prazo legal, lista de erros e omissões do caderno de encargos pela sociedade Edinorte – Edificações Nortenhass, S.A., a qual diz respeito a espécie e quantidade de trabalhos necessários à execução do objecto do contrato de empreitada, cujo teor se tem aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais.

Nessa sequência, foi a referida lista remetida ao Gabinete projectista Jorge Pinheiro Rodrigues – Arquitectos, Unipessoal, Lda., para apreciação.

Em sede de resposta, veio o referido Gabinete projectista a concluir pela não aceitação daquela lista, conforme cópia que se anexa ao presente Despacho e que dele fica a fazer parte integrante para os devidos efeitos legais, constituindo as folhas subsequentes.

Nestes termos, considera-se expressamente rejeitada a lista de erros e omissões apresentada pela referida sociedade.

Publicite-se o presente Despacho na plataforma electrónica e proceda-se em conformidade com os demais procedimentos previstos no nº 6 do art.61º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

O presente Despacho é proferido ao abrigo do disposto no nº3 do art. 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, tendo em conta que se impõe proceder de imediato à publicitação na plataforma electrónica da decisão sobre a lista de erros e omissões apresentada, pelo que deverá o mesmo ser remetido à próxima reunião de Câmara para ratificação.

Santo Tirso, 14 de Junho de 2010



SISTEMA CERTIFICADO

eiC

ISO 9001

certificação
acreditada

por **IFCC**
Serviços de Obras Particulares,
Acção Social e Atendimento
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Computas

M.021GR



Ar
[Signature]

6. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO – CONSTITUIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO SOBRE O PRÉDIO CORRESPONDENTE À PARCELA TRINTA E DOIS.-----

Presente informação da Directora do Departamento Administrativo, de vinte e quatro do corrente mês de Junho, registada com o número sete mil trezentos e noventa e cinco, a comunicar o resultado das negociações efectuadas com o proprietário do prédio a onerar com a servidão administrativa de aqueduto acima referida, relativamente à parcela identificada no respectivo projecto com o número trinta e dois.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal foi dito:-----

Por deliberação camarária de dois de Dezembro último (item sete da respectiva acta) foi tomada a Resolução de Constituição de Servidão Administrativa sobre os prédios onde será instalado o Interceptor da Ribeira do Pisão, cuja utilidade pública consta da fundamentação daquela deliberação camarária e resulta ainda expressamente do artigo 1º do Decreto-Lei 34.021 de 11 de Outubro de 1944;-----

O Código das Expropriações aprovado pela Lei 168/99, de 18 de Setembro, estipula, no n.º 3 do artigo 8º, que à constituição das servidões aplica-se o disposto no referido Código;-----

Pelo que, em cumprimento do disposto no artigo 11º do mesmo Código, foram efectuadas diligências no sentido de constituição das servidões administrativas em causa pela via do direito privado, sendo que foi possível obter Acordo com o proprietário da parcela referida na aludida informação;-----

Face ao exposto proponho que a câmara delibere constituir sobre os prédios abaixo identificado uma servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, com a área que consta da minuta do respectivo contrato e nos demais termos da mesma, que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma.-----

Prédio a onerar:-----

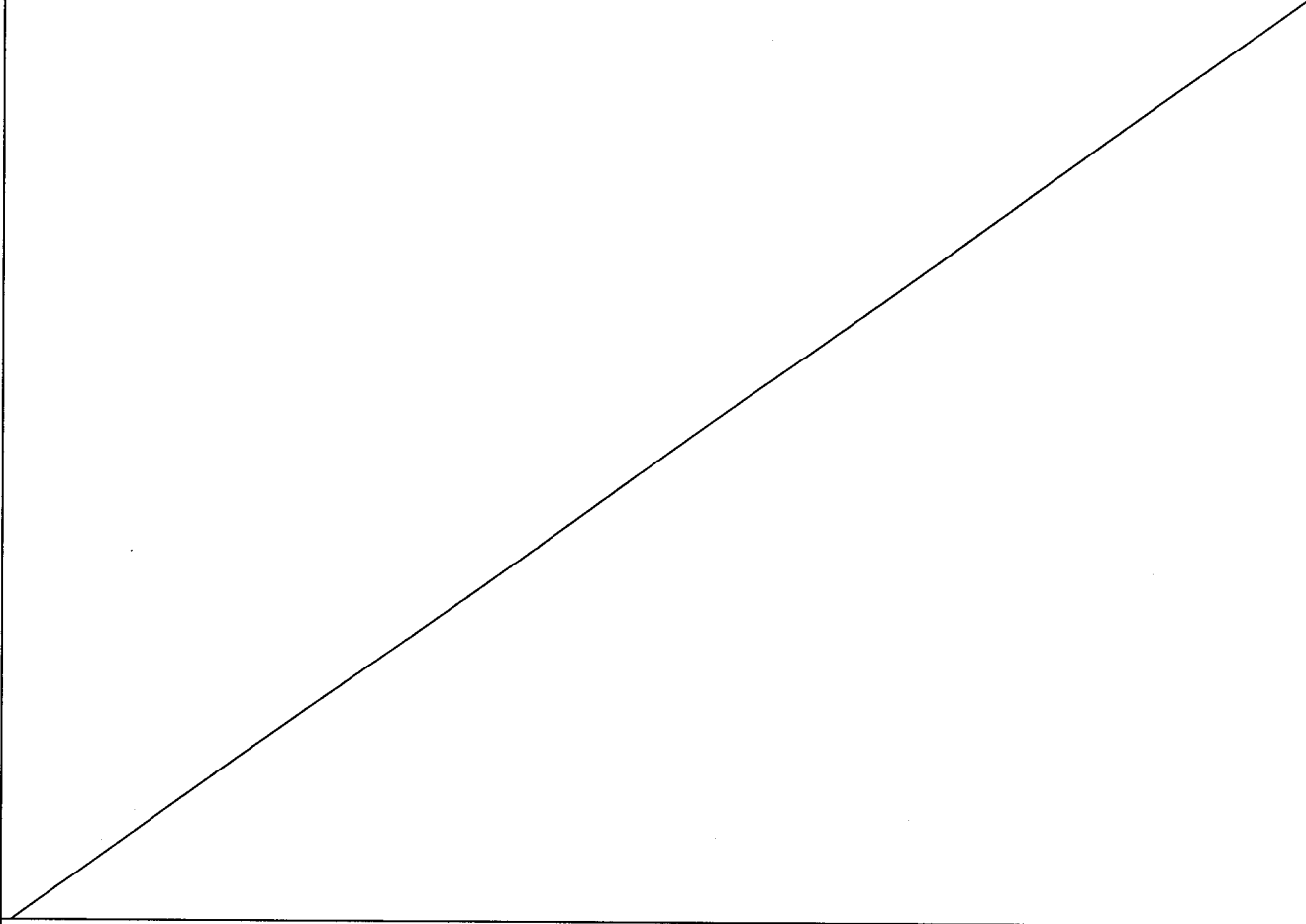


Ar
df

Parcela 32

- Prédio misto, sito no Lugar do Pisão ou da Póvoa, freguesia de Água Longa, deste concelho, inscrito na matriz predial sob os artigos duzentos e setenta e cinco urbano e mil duzentos e quarenta e sete rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número novecentos e trinta e dois incidindo a servidão apenas sobre a parte rústica do prédio.-----

A Câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a referida proposta e aprovar também a minuta do contrato anexa, delegando expressamente no Senhor Presidente da Câmara a competência para aprovar eventuais alterações ou rectificações àquela minuta, desde que não incidam sobre a identificação do prédio a onerar, área da servidão administrativa permanente ou montante da indemnização a pagar.-----





AC
h

7. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 30/10/2009 ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE PLANETA INFORMÁTICO LDA: RATIFICAÇÃO.-----

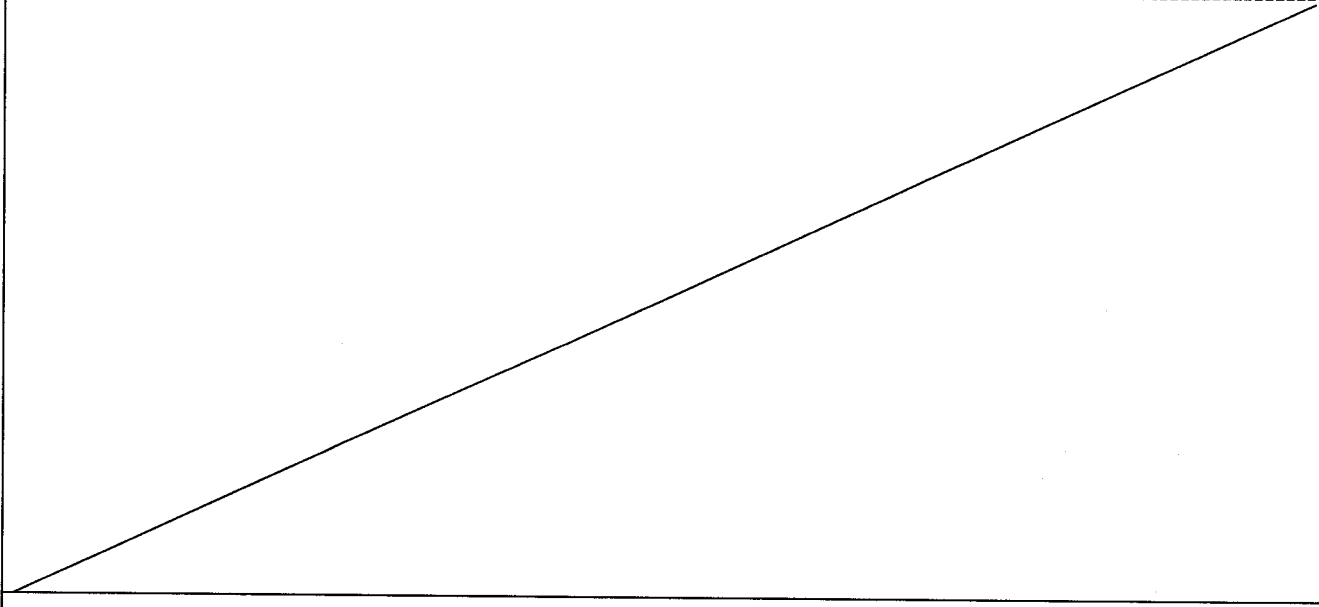
Presente o Protocolo de Cooperação celebrado entre o município de Santo Tiro e a sociedade Planeta Informático Lda, em trinta de Outubro último, tendo por objecto definir os termos e condições de colaboração entre as partes, visando a execução de um conjunto de actividades necessárias à elaboração e apresentação de candidatura ao projecto financiado pelo Programa Operacional Potencial Humano no âmbito da tipologia 2.3 – “Formações Modulares Certificadas”.

Anexa-se à presente acta e dela fica a fazer parte integrante o aludido Protocolo, que constitui o Anexo III da mesma, composto por duas folhas, utilizadas na frente e verso.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da câmara municipal a decisão de celebração do aludido Protocolo.-----

A Câmara deliberou, com cinco votos a favor, ratificar o Protocolo anexo à presente acta.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





AK
H

8. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A SOCIEDADE PLANETA INFORMÁTICO LDA PARA EXECUÇÃO DO PROTOCOLO CELEBRADO EM 30/10/2009: APROVAÇÃO-----

Presente informação de vinte e três do corrente mês de Junho, da Coordenadora do Centro Novas Oportunidades, registada com o número sete mil quatrocentos e cinquenta e sete, a informar que a candidatura à medida 2.3 – Formação Modular Certificada, do eixo 2 – Adaptabilidade e Aprendizagem ao longo da Vida, apresentada em Outubro de dois mil e nove ao Programa Operacional Potencial Humano foi aprovada em 58,17 % (cinquenta e oito vírgula dezassete por cento).-----

As condições de aprovação da referida candidatura foram aceites pela câmara municipal em reunião de dezanove de Maio findo (item sete da respectiva acta), sendo que foi elaborada ao abrigo do Protocolo celebrado com a sociedade Planeta Informático S.A., que conta do item anterior da presente acta.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Para execução do projecto a que se refere a aludida candidatura, proponho a celebração de um Protocolo com a Sociedade Planeta Informático Lda, nos termos que constam da respectiva minuta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo IV da mesma, composto por três folhas (cinco páginas).-----

No período de discussão deste assunto, pelos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata foi questionado se a celebração deste tipo de Protocolo não teria que ser previamente submetido a concurso público.-----

Após discussão das condições constantes da minuta de Protocolo anexa e da prestação de esclarecimentos sobre a questões colocadas, o Senhor Presidente submeteu à votação a sua proposta de celebração de um Protocolo com a sociedade Planeta Informático S.A., nos termos da minuta anexa à presente acta.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 16 Fl.24
30 de Junho de 2010

Ac
db

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e duas abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



9. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E AS ENTIDADES GESTORAS DOS REFEITÓRIOS ESCOLARES DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social de vinte e quatro do corrente mês de Junho, registada com o número sete mil quatrocentos e trinta e cinco que aqui se dá por inteiramente transcrita, a submeter à ratificação da câmara municipal os Protocolos que foram celebrados com as entidades abaixo identificadas, tendo por objecto estabelecer as condições entre as partes para a gestão dos refeitórios escolares de estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, nos termos da minuta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo V da mesma, composto por quatro folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

Os aludidos protocolos têm o período de vigência de um ano, de um de Novembro de dois mil e nove a trinta e um de Outubro de dois mil e dez.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar os aludidos Protocolos, resultando dos mesmos uma despesa para o município no montante global de 260.160,00 € (duzentos e sessenta mil cento e sessenta euros), correspondendo 43.360,00 € (quarenta e três mil trezentos e sessenta euros) às despesas relativas aos meses de Novembro e Dezembro de dois mil e nove, e 216.800,00 € (duzentos e dezasseis mil e oitocentos euros) no ano económico de dois mil e dez.-----

Entidades e montante mensal a transferir, de harmonia com o previsto no n.º 3 da cláusula sexta:-----

Associação De Pais Da EB1 De Aldeia Nova, Rebordões -----.800,00€
(oitocentos euros).-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos das Escolas Primárias de Areias -----
-----1.100,00€



Al
[Signature]

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

(mil e cem euros).-----	
Associação de Pais da Escolas de Redundo -----	500,00€
(quinhentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola E B 1/J I do Foral---	1.100,00€
(mil e cem euros).-----	
Associação Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha – Burgães-----	800,00€
(oitocentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio- A P E E E P T -----	
-----	1.100,00€
(mil e cem euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária N 1 de Sequeirô ----	
-----	700,00€
(setecentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães -----	900,00€
(novecentos euros).-----	
Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freguesia de Rebordões, Santo Tirso -----	750,00€
(setecentos e cinquenta euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja – Areias ----	900,00€
(novecentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Cabanas – Monte Córdova-----	100,00€
(cem euros).-----	
APEN- Associação de Pais das Escolas de Negrelos -----	750,00€
(setecentos e cinquenta euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária das Pombinhas – S	



[Handwritten signature]

Tomé de Negrelos -----	700,00€
(setecentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada Carreira-----	800,00€
(oitocentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos Agrela -----	750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----	
Associação de Pais da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei -----	700,00€
(setecentos euros).-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Sobrecampos Lamela-----	700,00€
(setecentos euros)-----	
Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos -----	850,00€
(oitocentos e cinquenta euros).-----	
Freguesia Agua Longa -----	1.000,00€
(mil euros).-----	
Associação de Pais da Escola do 1.º Ciclo e Jardim de Infância de Entre-Estradas, São Martinho do Campo -----	600,00€
(seiscentos euros)-----	
Associação de Pais da Escola de Presa n.º 2 Vilarinho -----	1.250,00€
(mil duzentos e cinquenta euros)-----	
Associação de Pais da Escola E.B.1 e Jardim de Infância de Paradela -----	950,00€
(novecentos e cinquenta euros)-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária da Costa n.º 1 Roriz -	
-----	750,00€
(setecentos e cinquenta euros)-----	
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da EB1/JI da Rechã-----	630,00€



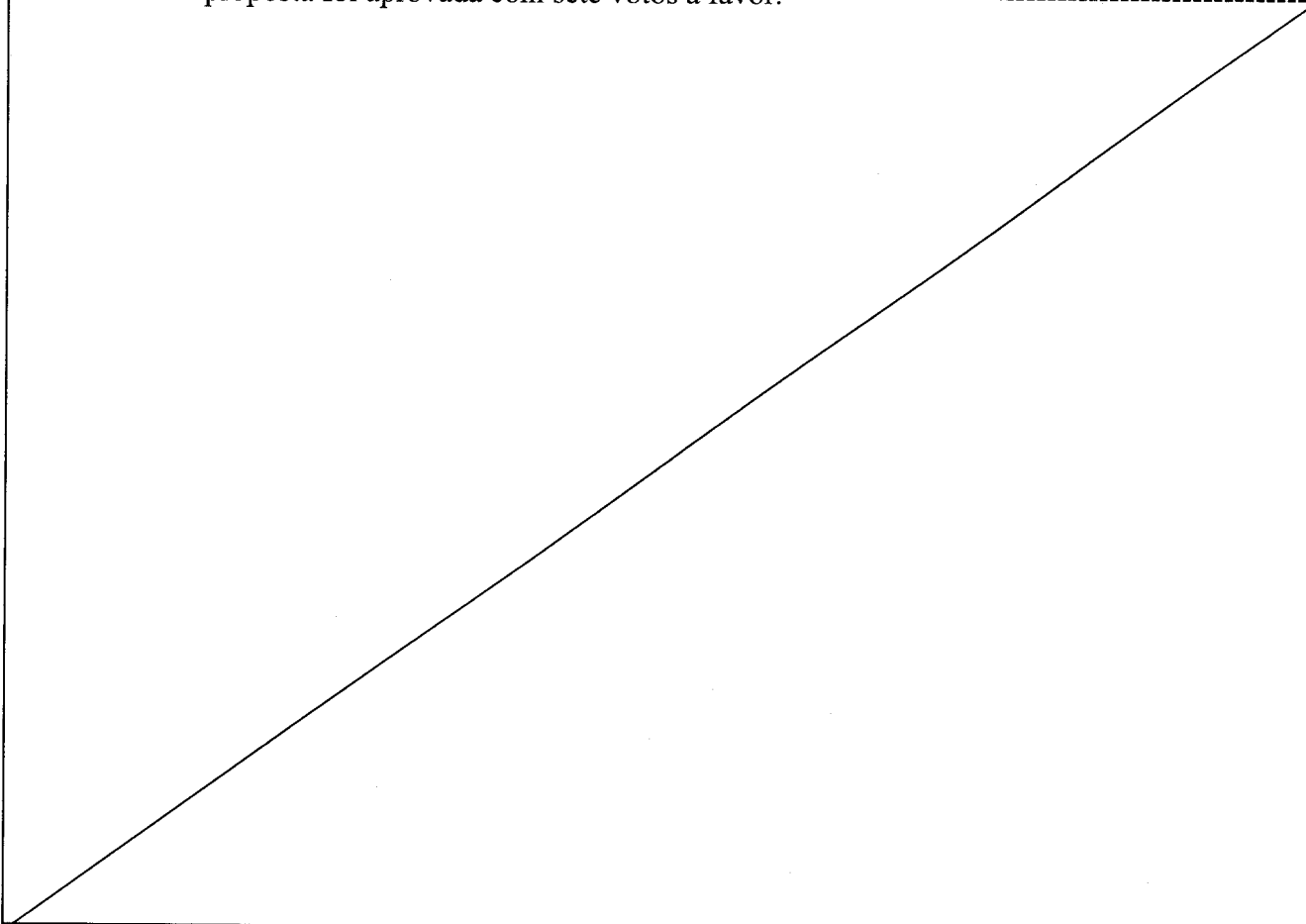
Al
[Signature]

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

(seiscentos e trinta euros)-----
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária da Quelha de São Salvador do
Campo ----- 700,00€
(setecentos euros)-----
Associação de Pais do Jardim de Infância de Boca ----- 700,00€
(setecentos euros)-----
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola primaria e Jardim de Infância da Igreja de
S. Mamede de Negrelos ----- 1.100,00€
(mil e cem euros)-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





At
H

10. CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS ENTRE O MUNICÍPIO E DIVERSAS ENTIDADES, TENDO POR OBJECTO ASSEGURAR O PROLONGAMENTO DOS HORÁRIOS NOS JARDINS-DE-INFÂNCIA: RATIFICAÇÃO.-----

Presente informação do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, de vinte e quatro do corrente mês de Junho, registada com o número sete mil quatrocentos e trinta e quatro, que aqui se dá por inteiramente transcrita, a submeter à ratificação da câmara municipal os Protocolos que foram celebrados com as entidades abaixo identificadas, tendo por objecto definir as relações entre as partes de modo a assegurar o funcionamento dos prolongamentos de horários nos Jardins de Infância do concelho, estabelecendo, nomeadamente, as condições de contratação do(s) animador(es) sócio-cultural(ais) para o exercício de funções nos prolongamentos de horário, nos termos da minuta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo VI da mesma, composto por seis folhas, apenas utilizadas no anverso.-----

O período de vigência dos referidos Protocolos reporta-se ao ano lectivo 2009/2010.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar os aludidos Protocolos, resultando dos mesmos uma despesa para o município no montante global de 167.040,00 € (cento e sessenta e sete mil e quarenta euros), correspondendo 57.200,00 € (cinquenta e sete mil e duzentos euros) às despesas relativas ao ano económico de dois mil e nove e 109.840,00 € (cento e nove mil oitocentos e quarenta euros) ao ano económico de dois mil e dez.-----

Entidades e montante mensal a transferir, de harmonia com o previsto na cláusula terceira do protocolo:-----

- Freguesia de Água Longa

Valor de Setembro a Dezembro -----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto -----530,00 € (quinhentos e trinta euros)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Igreja Areias

Valor de Setembro a Dezembro -----1.100,00 € (mil e cem euros)



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

H

Valor de Janeiro a Agosto -----1.060,00 € (mil e sessenta euros)

- **Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha – Burgães**

Valor de Setembro a Dezembro -----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- **Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1/JI de Parada/ Carreira**

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- **Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária e Pré-Primária de Guimarei**

Valor de Setembro a Dezembro -----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- **Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Igreja – Lama**

Valor de Setembro a Dezembro -----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 530,00 € (quinhentos e trinta euros)

- **Assoc de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Pré e Primário da Palmeira Santo Tirso**

Valor de Setembro a Agosto ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

- **Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária nº1 de Sequeiro**

Valor de Setembro a Dezembro -----550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- **Associação de Pais dos Alunos do Jardim de Infância do Ribeiro Freg. de Rebordões/ Santo Tirso**

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)



Ar
H

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Alunos da Escola EB1/JI de Ermida – Santo Tirso

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 530,00 € (quinhentos e trinta euros)

- Assoc de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Merouços – St.ª Cristina do Couto

Valor de Setembro a Agosto ----- 1.100,00 € (mil e cem euros)

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Primária de Tarrio A P E E P

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 530,00 € (quinhentos e trinta euros)

- Freguesia de Couto S. Miguel

Valor de Setembro a Agosto ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

- Freguesia de Negrelos S. Mamede

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- APEN – Associação de Pais das Escolas de Negrelos

Valor de Setembro a Agosto ----- 1.100,00 € (mil e cem euros)

- APEE BNQ2 – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Bom Nome – Quintão 2

Valor de Janeiro a Agosto----- 2.650,00 € (dois mil seiscentos e cinquenta euros)

- Agrupamento Vertical do Ave

Valor de Setembro a Dezembro ----- 2.750,00 € (dois mil setecentos e cinquenta euros)

- Associação de Pais da Escola EB1 e Jardim de Infância de Paradela

Valor de Setembro a Agosto ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

- Associação de Pais da Escola Primária de S. José/ Refojos

Valor de Setembro a Dezembro ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)



Al

gh

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

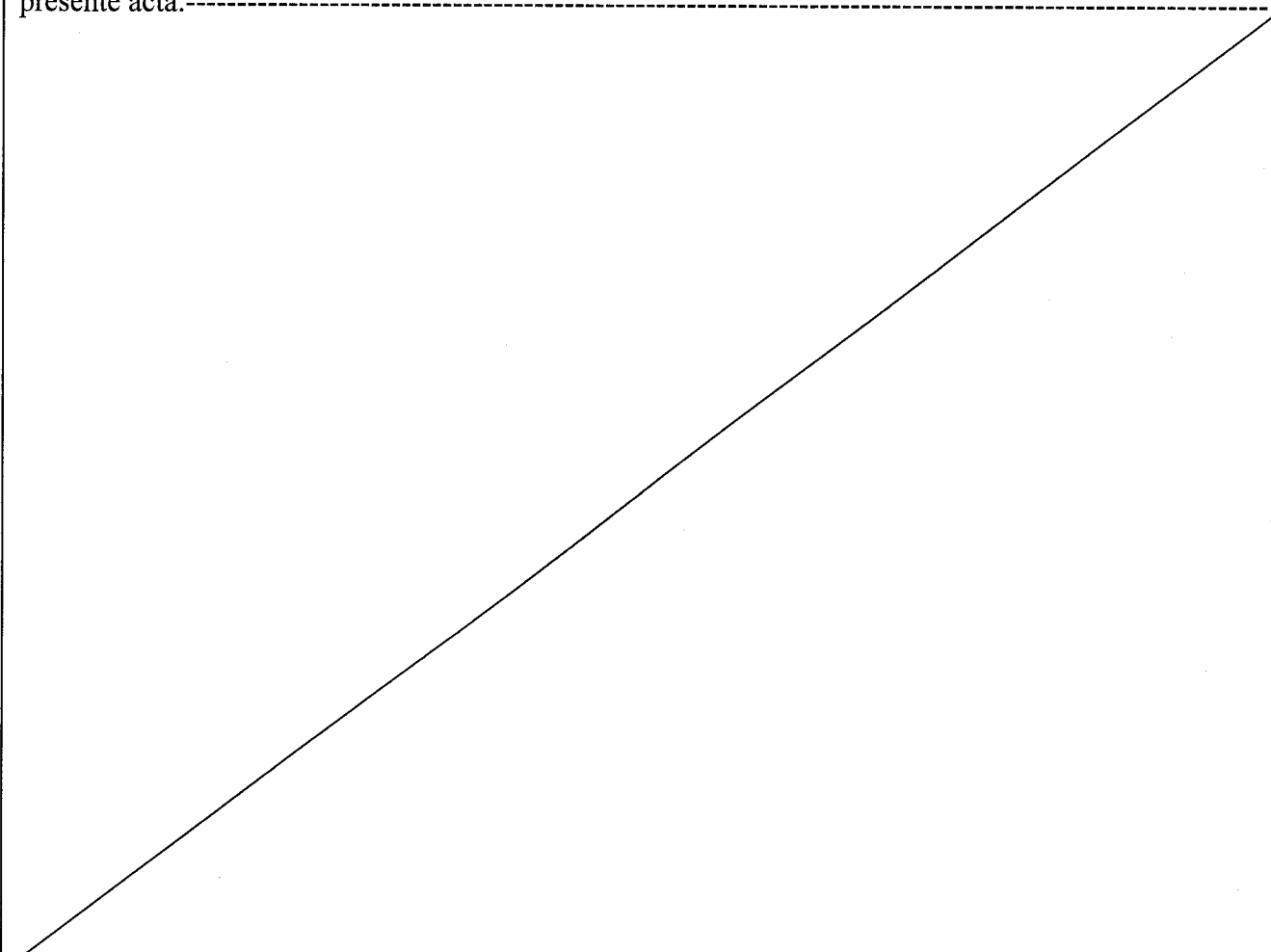
Valor de Janeiro a Agosto ----- 500,00 € (quinhentos euros)

- Associação de Pais Jardim de Infância de Boca

Valor de Setembro a Agosto ----- 550,00 € (quinhentos e cinquenta euros)

As despesas inerentes à celebração dos aludidos Protocolos, serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 04050102 (freguesias) e 040701 (instituições sem fins lucrativos), nas quais relativamente ao ano de 2010, têm cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 502/2010, de 11 de Fevereiro.-----

A Câmara deliberou ratificar os Protocolos já celebrados, nos termos da minuta anexa à presente acta.-----





11. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA COLÓNIAS DE FÉRIAS/2010 – 1ª FASE.

Presente informação do Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, de vinte e quatro do corrente mês de Junho, registada com o número sete mil quatrocentos e trinta e um, a sugerir a atribuição de subsídios para colónias de férias.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando que no Verão várias instituições do concelho promovem colónias de férias, proporcionando desse modo uma vivência saudável a milhares de crianças;

Considerando, que as actividades desenvolvidas durante o período em que decorrem as colónias de férias encerram conteúdos de elevado alcance pedagógico em vários domínios, com especial incidência para os de natureza sócio - afectiva e psicomotora, contribuindo, assim, para o crescimento harmonioso das crianças;

Considerando, finalmente, que a Câmara Municipal não pode ficar indiferente perante esta realidade social e educativa, devendo, à semelhança de anos anteriores, estimular e apoiar de forma inequívoca as diferentes iniciativas, proponho que a Câmara, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, delibere atribuir os subsídios abaixo discriminados, no valor total de 17.850,00 € (dezassete mil oitocentos e cinquenta euros).

- Agrupamento de Escolas de Santo Tirso ----- 1.450,00 €
(mil quatrocentos e cinquenta euros)-----
- Agrupamento Vertical do Ave -----1200,00 €
(mil e duzentos euros)-----
- Agrupamento de Escolas de São de Martinho do Campo ----- 600,00 €
(seiscentos euros)-----
- APECIST – Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Infantil de Santo Tirso -----
-----1.000,00 €



Handwritten signature and initials.

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

(mil euros)-----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária nº 1 de Sequeirô ---	
-----	500,00 €
(quinhentos euros)-----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB1 JI de Parada Carreira -----	250,00 €
(duzentos e cinquenta euros)-----	
- Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos -----	900,00 €
(novecentos euros)-----	
- Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso -----	450,00 €
(quatrocentos e cinquenta euros)-----	
- Associação do Infantário de São Tomé de Negrelos -----	1.550,00 €
(mil quinhentos e cinquenta euros)-----	
- Freguesia do Couto S. Miguel -----	1.200,00 €
(mil e duzentos euros)-----	
- Associação de Encarregados de Educação da Escola de Merouços -----	1.500,00 €
(mil e quinhentos euros)-----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola da Reguenga -----	1.250,00 €
(mil duzentos e cinquenta euros)-----	
- Associação de Pais da Escola Primária e Pré-primária de Guimarei -----	650,00 €
(seiscentos e cinquenta euros)-----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola de Campinhos Agrela -----	900,00 €
(novecentos euros)-----	
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1 da Ramada -----	400,00 €
(quatrocentos euros)-----	
- Associação de Solidariedade e Acção Social -----	500,00 €
(quinhentos euros)-----	



Ac
df

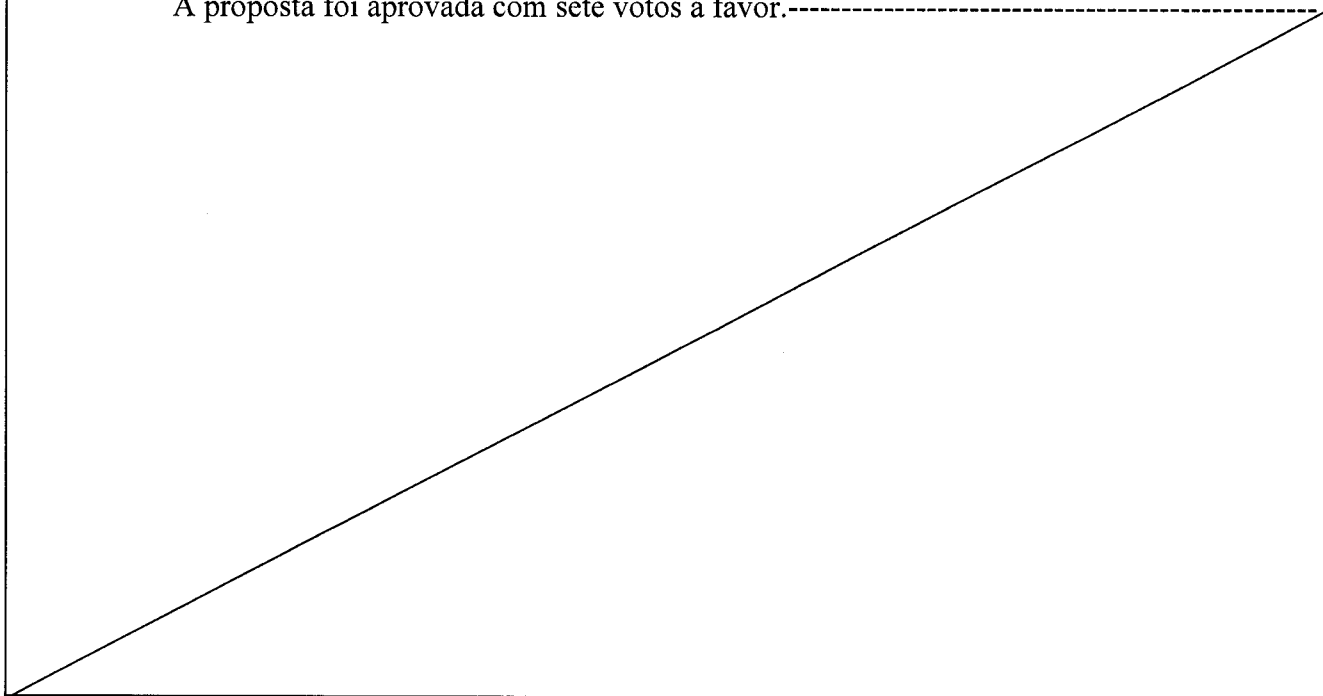
Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- Freguesia de Negrelos S Mamede ----- 1.500,00 €
(mil e quinhentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação Amigos do Jardim de Infância e Escola do 11 do
Ciclo do Ensino Básico da Ribeira ----- 800,00 €
(oitocentos euros)-----
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância da Vinha – Burgães-----
-----350,00 €
(trezentos e cinquenta Euros)-----
- Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe ----- 900,00 €
(novecentos euros)-----

As despesas com a atribuição dos referidos subsídios serão satisfeitas pelas rubricas orçamentais com as classificações económicas 04050102 e 040701, nas quais têm cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2488/2010, de 25 do corrente mês.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ac
46

12. JUNTA DE FREGUESIA DE VILARINHO: ALARGAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE SUPORTE NA RUA DA ESCOLA: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente officio da Junta de Freguesia de Vilarinho, de treze de Novembro de dois mil e oito, registado com o número dezoito mil quatrocentos e trinta e seis, a solicitar a atribuição de um subsidio no montante de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros) para custear as despesas com a obra acima identificada.-----

O expediente vem informado favoravelmente pela Divisão de Vias, conforme informação de quinze de Janeiro último, registada com o número sete mil quatrocentos e trinta e dois.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Vilarinho um subsidio no montante de 34.000,00 € (trinta e quatro mil euros), cuja despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2526, de vinte e nove do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Ar

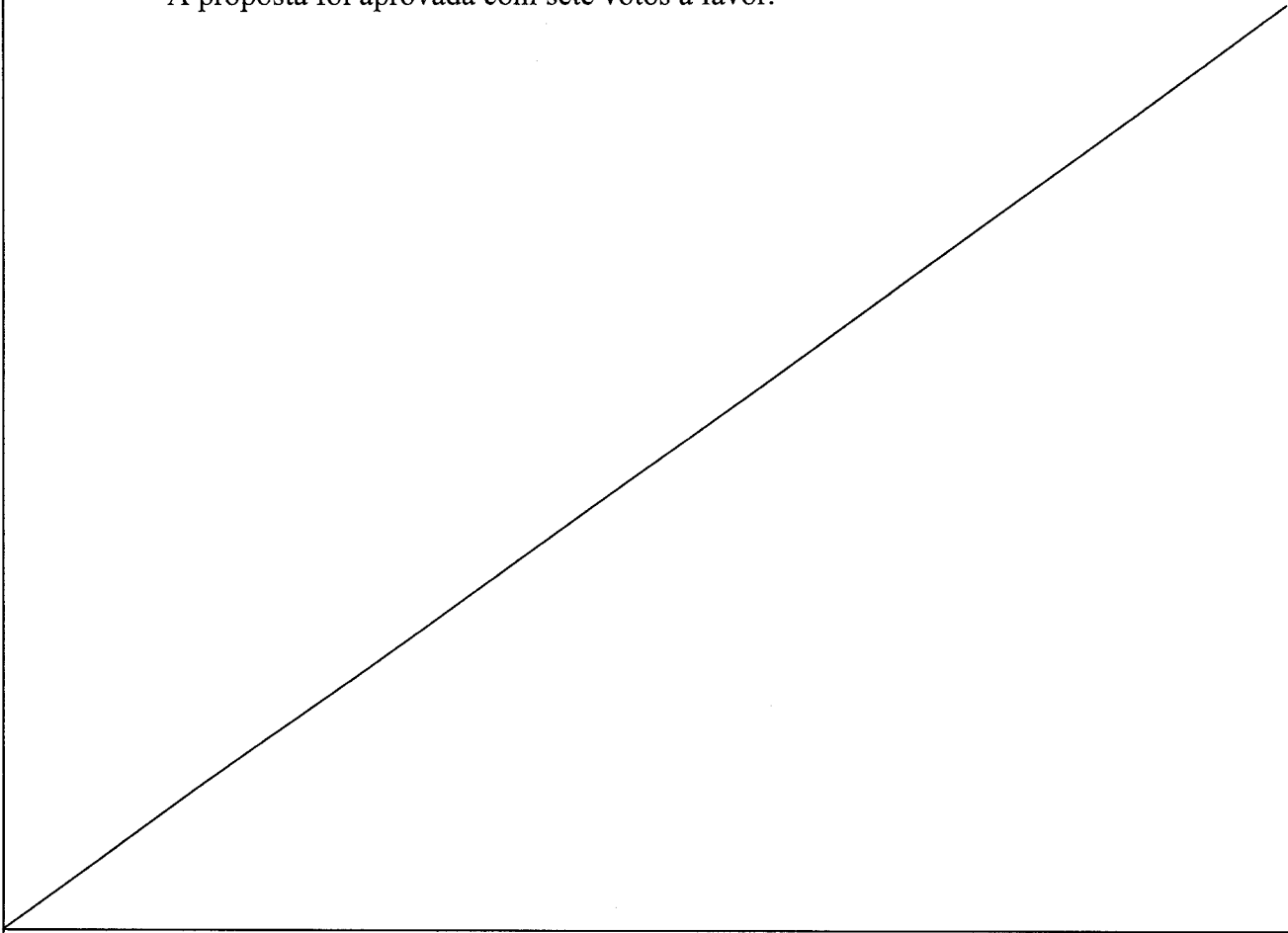
13. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) Ao Agrupamento de Escolas de S. Martinho: Projecto “Um dia na Idade Média”

Presente ofício de quatro do corrente mês de Junho, do Agrupamento de Escolas de S. Martinho, registado com o número seis mil oitocentos e noventa e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a organização do projecto acima referido.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Agrupamento de Escolas de S. Martinho um subsídio no montante de 750,00 € (setecentos e cinquenta euros), a suportar pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2565, desta data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Am
H

13. B) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL A RANCHOS FOLCLÓRICOS E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a importância do trabalho que as Associações Culturais e os Ranchos Folclóricos desenvolvem no concelho e considerando que estas associações se têm mostrado sempre disponíveis para colaborar nas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, parceria que se tem traduzido na realização de algumas actividades culturais de inegável valor;-----

Considerando a competência prevista nas alíneas a) e b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir a cada uma das associações abaixo identificadas um subsídio anual para ajudar a custear as despesas com as actividades previstas no seu Plano de Actividades, sendo de 500,00 € (quinhentos euros) a cada uma das Associações, com excepção do Grupo Coral e Escola de Música de Vila das Aves, Associação de Coleccionismo Tirsense, e Fábrica da Igreja da Paróquia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso, cujos subsidio são de 2 500,00 € (dois mil e quinhentos euros), 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros) e 600,00 € (seiscentos euros), respectivamente.-----

Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto-----

Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida- Santa Cristina do Couto-----

Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo-----

Grupo Etnográfico das Aves-----

Rancho Folclórico S. Tiago de Rebordões-----

Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova -----

Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz-----

Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga-----

Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz-----

Rancho Santo André (Vila das Aves)-----

Grupo Folclórico Santo André (Vila das Aves)-----



Ar
H

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho-----
Grupo Etnográfico de São Paio de Guimarei-----
Rancho Folclórico S. Mamede de Negrelos-----
Grupo Folclórico de Santa Eulália de Lamelas-----
Associação Tuna Musical de Rebordões-----
Grupo Coral e Escola de Música de Vila das Aves -----
Escola de Música de S. Martinho do Campo-----
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Cabanas-----
Associação de Coleccionismo Tirsense-----
Casa do Povo Rio Vizela – S. Tomé de Negrelos-----
Fábrica da Igreja da Paróquia de Santa Maria Madalena de Santo Tirso-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2451/2010, de vinte e três do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



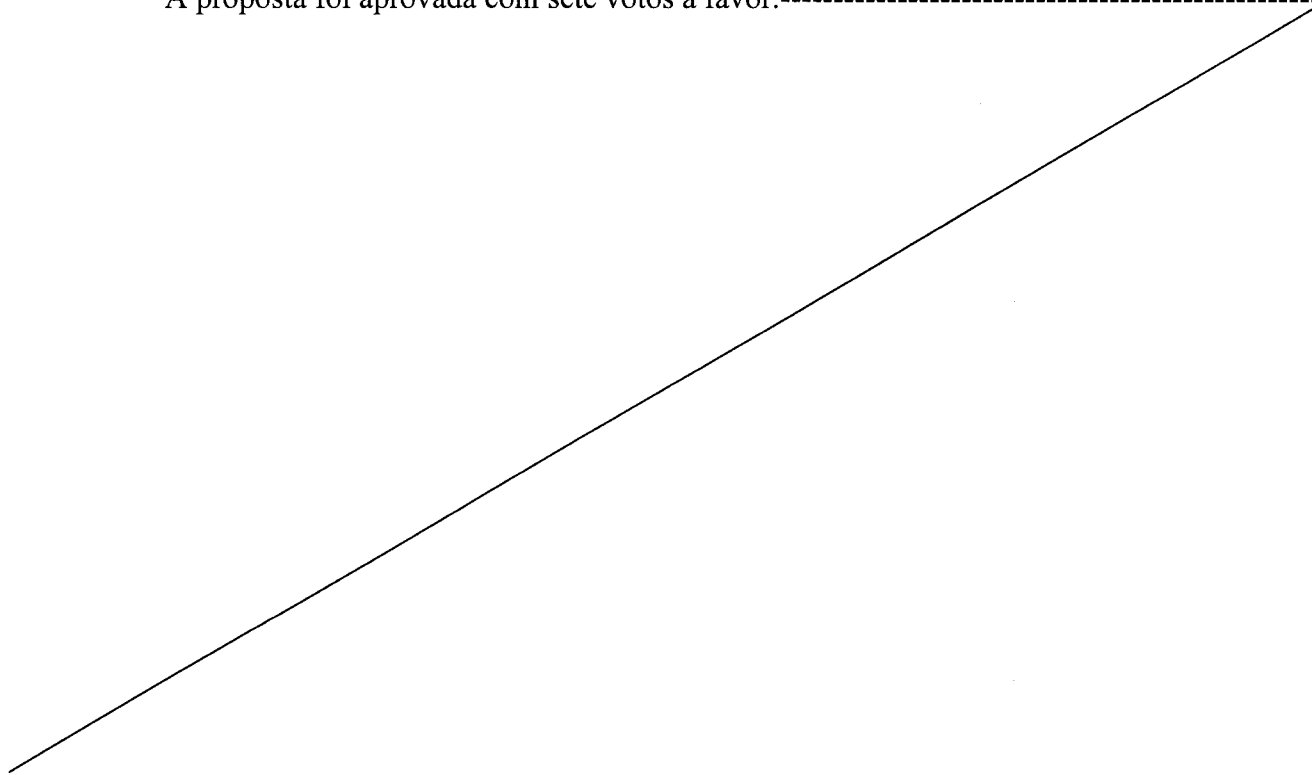
13. C) Ao Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Cobertura do edifício sede

Presente ofício de catorze de Abril último, do Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida, registado com o número cinco mil cento e trinta e oito, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a cobertura do edifício destinado a nova sede da instituição, que se encontra em fase de construção, cuja estimativa orçamental é de 25.301,51 € (vinte e cinco mil trezentos e um euros e cinquenta e um cêntimos).-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida um subsídio no montante de 4.000,00 € (quatro mil euros), que será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 080701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2562, desta data.-----

Mais propôs que a execução da obra em causa fosse acompanhada pelos serviços técnicos da câmara (DOM), sendo o subsídio a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





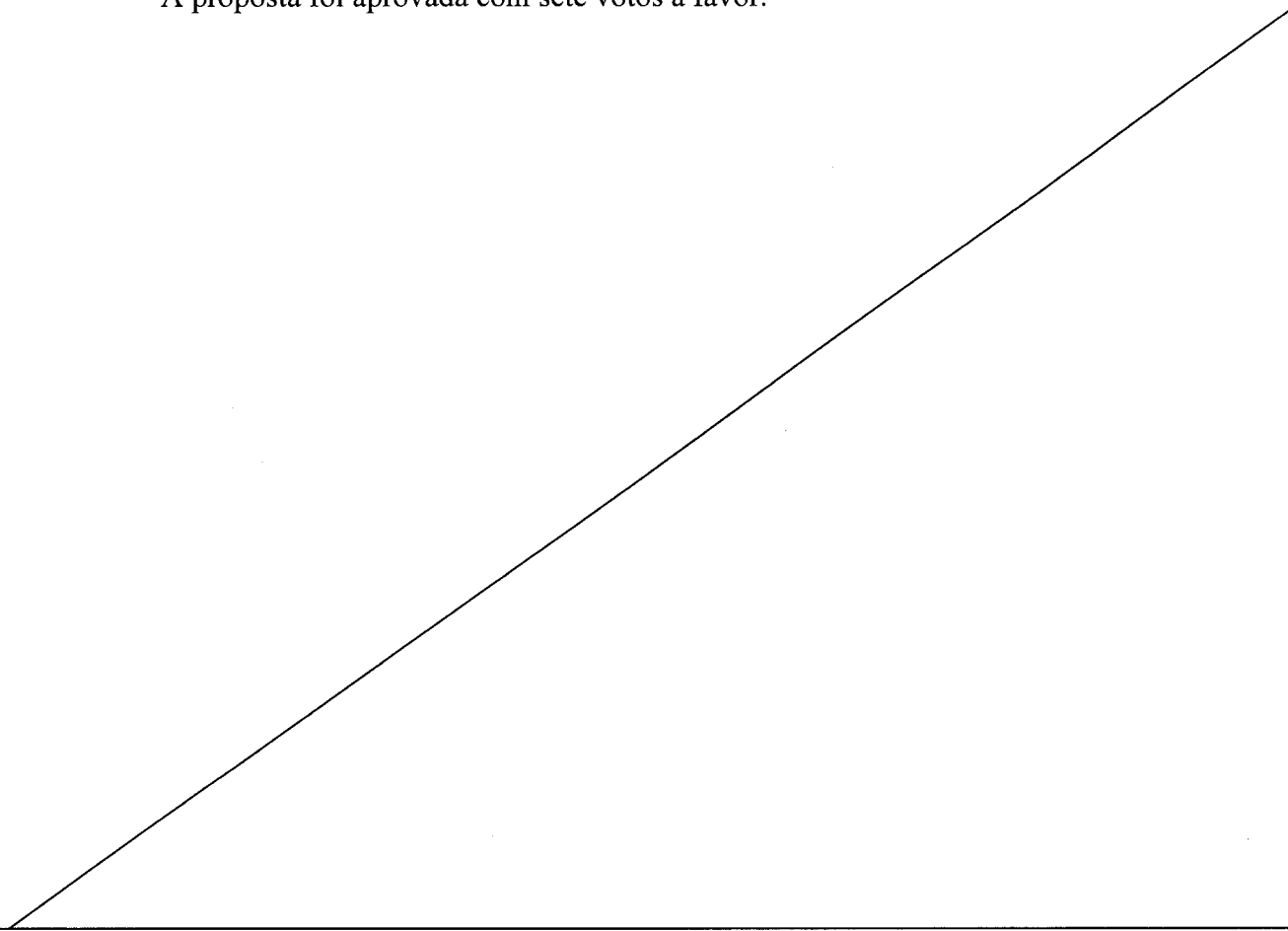
Alv
df

13. D) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: “FESTAS DA VILA”/2010.-----

Presente ofício de quatro de Maio findo, da Junta de Freguesia de Rebordões, registado com o número cinco mil seiscentos e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas comemorativas do 13º aniversário da elevação da freguesia de Rebordões à categoria de Vila, que tiveram lugar no dia dezanove do corrente mês de Junho.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), a suportar pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento n.º 2528, de vinte e nove do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





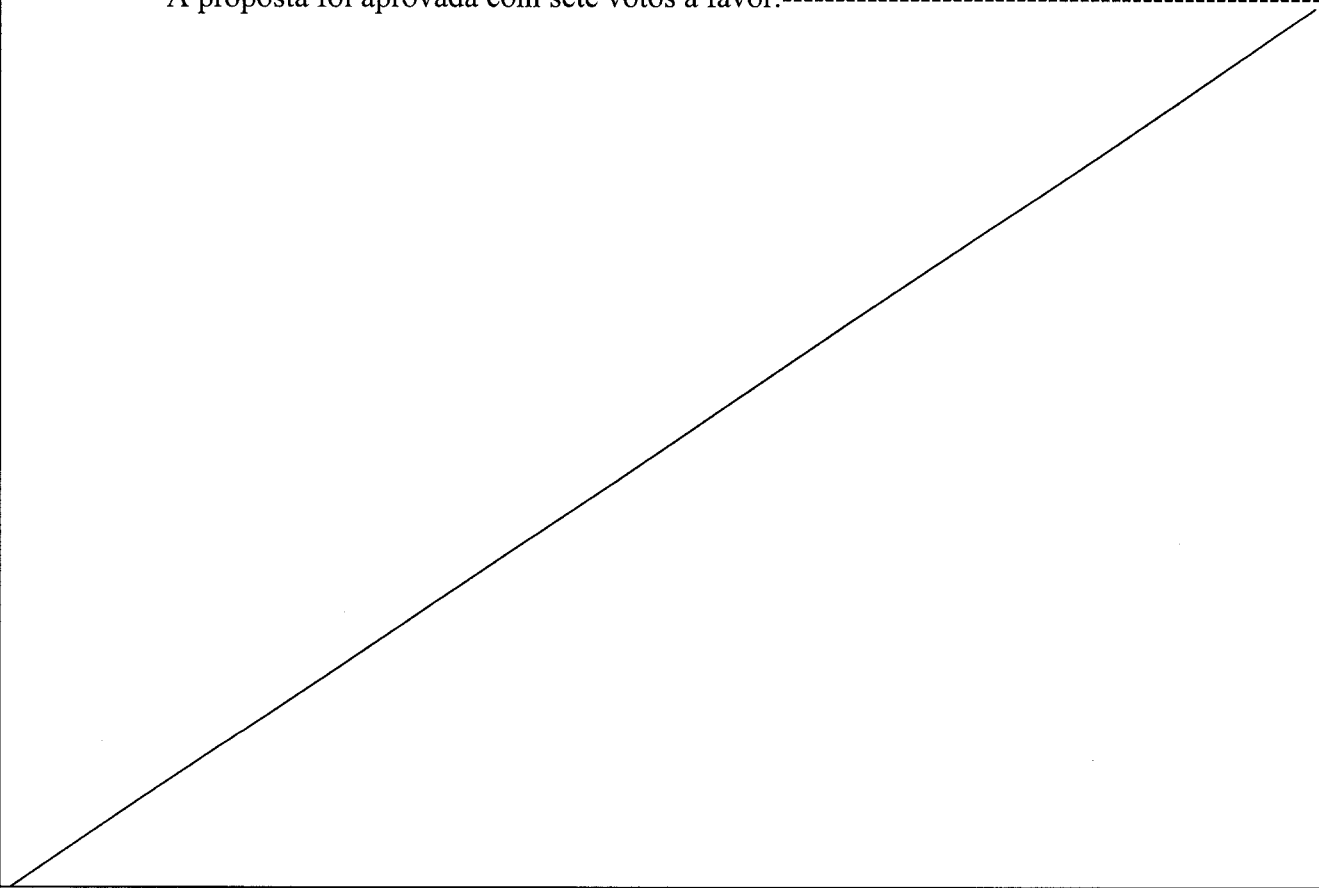
Ar
H

13. E) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. MARTINHO DO CAMPO – FESTAS DA VILA/2010-----

Presente officio de doze de Maio findo, da Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo, registado com o número seis mil trezentos e vinte e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as comemorações do 13º aniversário da elevação da freguesia à categoria de Vila.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Martinho do Campo, um subsídio no montante de 1 750,00 € (mil setecentos e cinquenta euros), cuja despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 04050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2529, de 29 do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar
[Handwritten signature]

13. F) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL) – OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO LARGO DA TURBINA-----

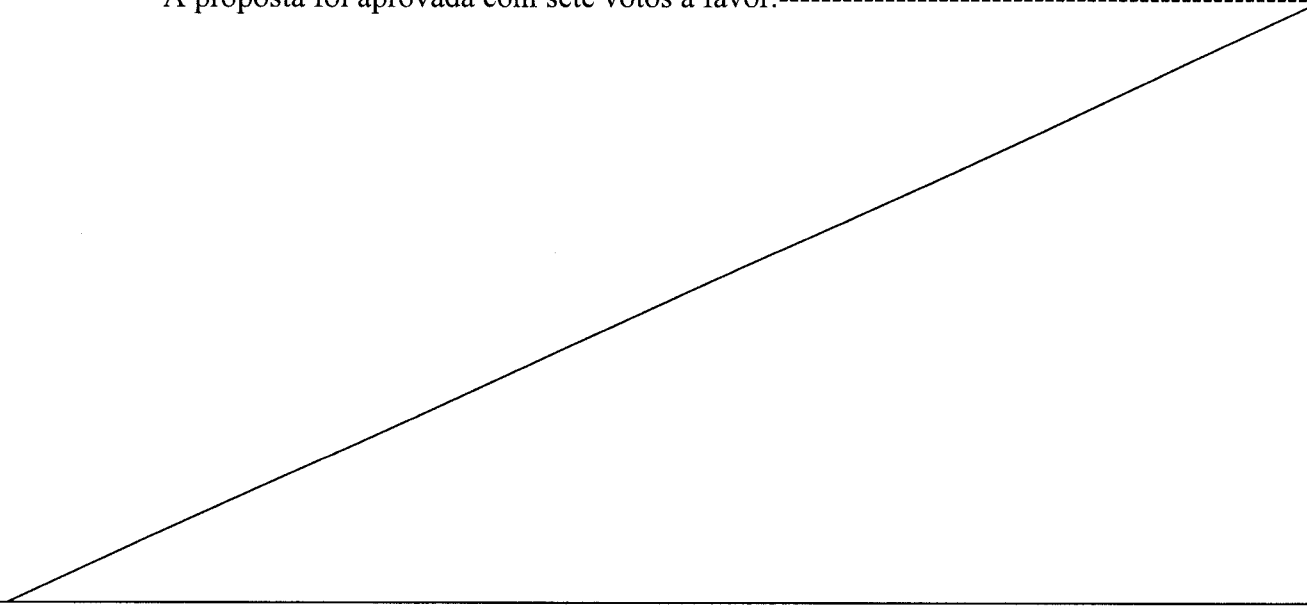
Presente ofício de vinte e nove de Abril último, da Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número cinco mil trezentos e noventa e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a instalação de um sistema de rega e o fornecimento e colocação de guarda metálica no Largo da Turbina.-----

A Divisão de Vias informa favoravelmente.-----

Mais informa que a estimativa orçamental dos trabalhos a realizar é de 4 904,55 € (quatro mil novecentos e quatro euros e cinquenta e cinco centimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel) um subsídio no montante de 4 904,55 € (quatro mil novecentos e quatro euros e cinquenta e cinco centimos) para realização dos referidos trabalhos, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da Câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos, cuja despesa será suportada pela rubrica orçamental com classificação económica 08050102, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2530, de vinte e nove do corrente mês de Junho.

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





AK

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

H

13. G) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, VILARINHO-----

Presente ofício de sete de Janeiro de último, da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Vilarinho, registado com o número quinhentos e noventa e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, que decorreram de sete a dez de Maio findo.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

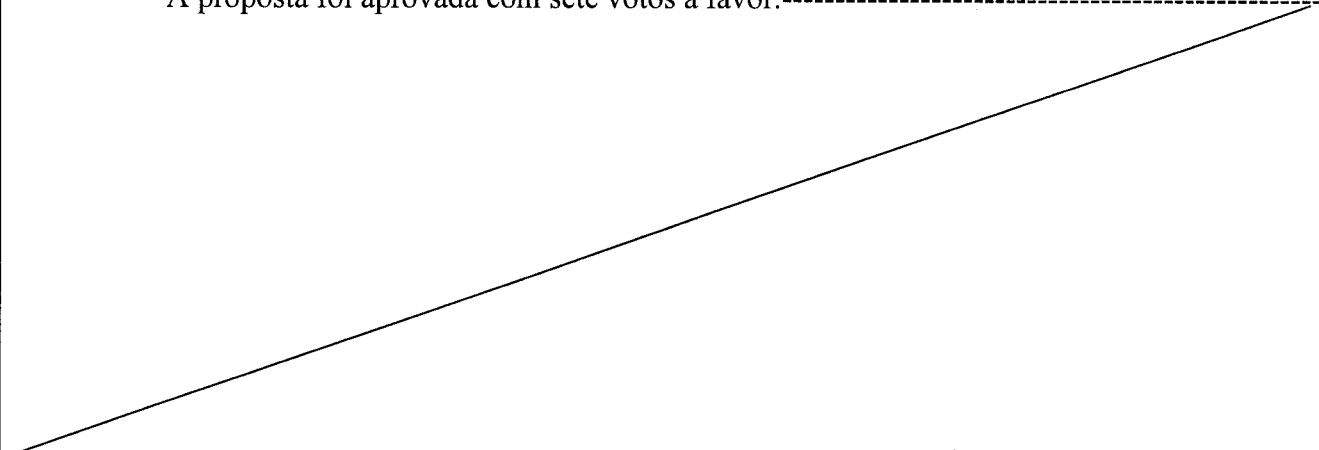
Considerando que as festas e romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 350 € (trezentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário, freguesia de Vilarinho, representada por Paulo Domingos Martins Andrade e João José Ferreira da Silva, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2535, de vinte e nove do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar
H

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

13. H) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. BENTO, FREGUESIA DE SANTO TIRSO---

Presente ofício de trinta e um de Maio findo, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número seis mil e oitocentos, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Bento, que se irão realizar de oito a onze do próximo mês de Julho.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que as “Festas de S. Bento” têm uma grande tradição no concelho de Santo Tirso, sendo mesmo consideradas as “Festas do concelho”, já que o dia de S. Bento, onze de Julho, é igualmente o dia do feriado municipal;-----

Considerando que, apesar de todo o apoio da câmara municipal, a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de uma comissão que especialmente se constitui para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 50 000,00 € (cinquenta mil euros) à Comissão de Festas de S. Bento, Santo Tirso, representada pela Drª Blandina Alexandra Ferreira Santos.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2532, de vinte e nove do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



AF
27

13. I) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DAS FONTAÍNHAS – VILA DAS AVES.-----

Presente ofício de dezasseis de Fevereiro último, da Comissão de Festas em honra de S. João das Fontainhas, Vila das Aves, registado com o número cinco mil cento e noventa e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as tradicionais festas de S. João das Fontainhas, que se realizaram naquela freguesia nos dias vinte e três a vinte e sete do corrente mês de Junho.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

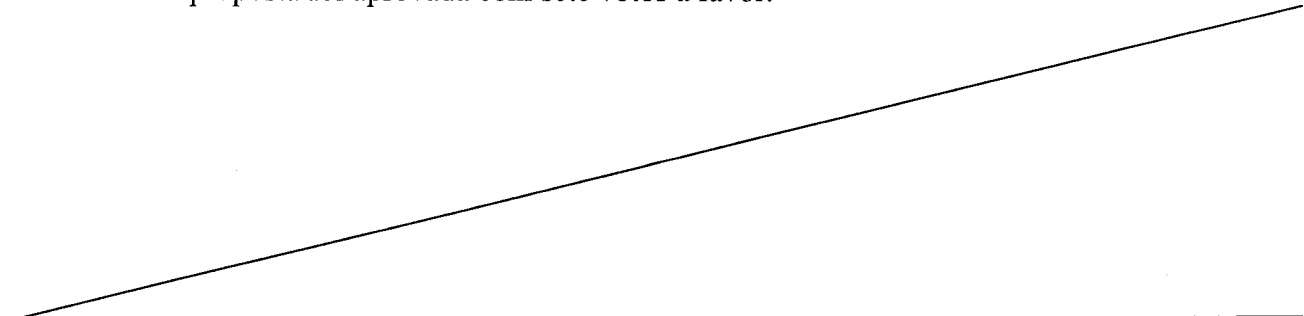
Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 6 000,00 € (seis mil euros) à Comissão de Festas de S. João das Fontainhas – Vila das Aves, representada por Avelino Teixeira Ferreira e Paulo Alexandre Machado Pinheiro, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A respectiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2533, de 29 do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





AR
V

13. J) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DO CARVALHINHO, BURGÃES

Presente ofício de vinte e três de Fevereiro último, da Comissão de Festas em honra de S. João do Carvalhinho, Burgães, registado com o número três mil novecentos e noventa e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as tradicionais festas de S. João do Carvalhinho.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

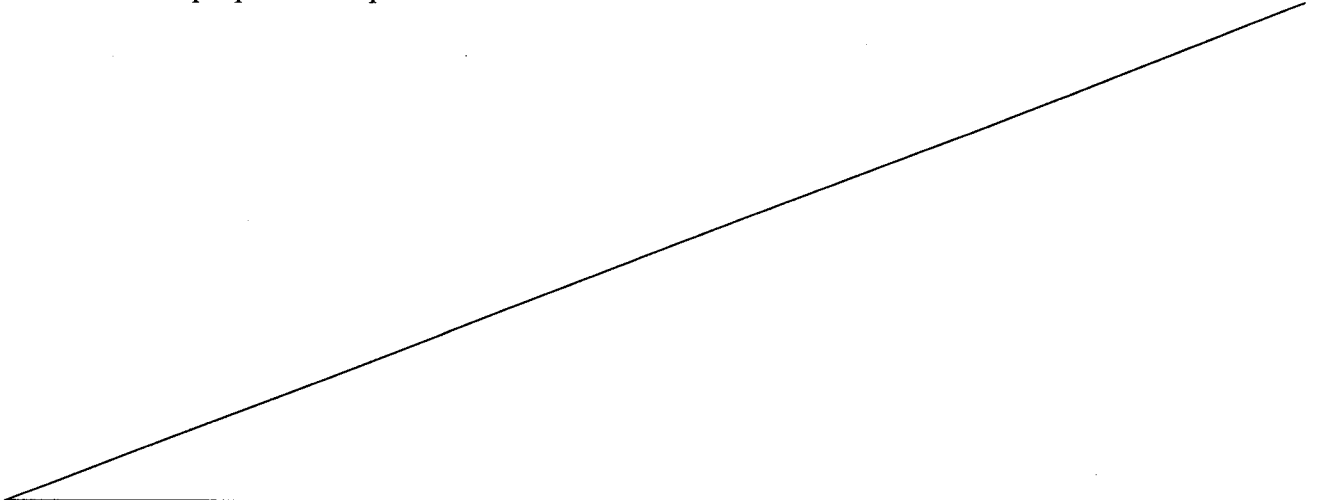
Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 700,00 € (setecentos euros) à Comissão de Festas de S. João do Carvalhinho – Burgães, representada por Avelino Martins Silva e José Maria Ferreira de Sousa para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A referida despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 2534, de 29 do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





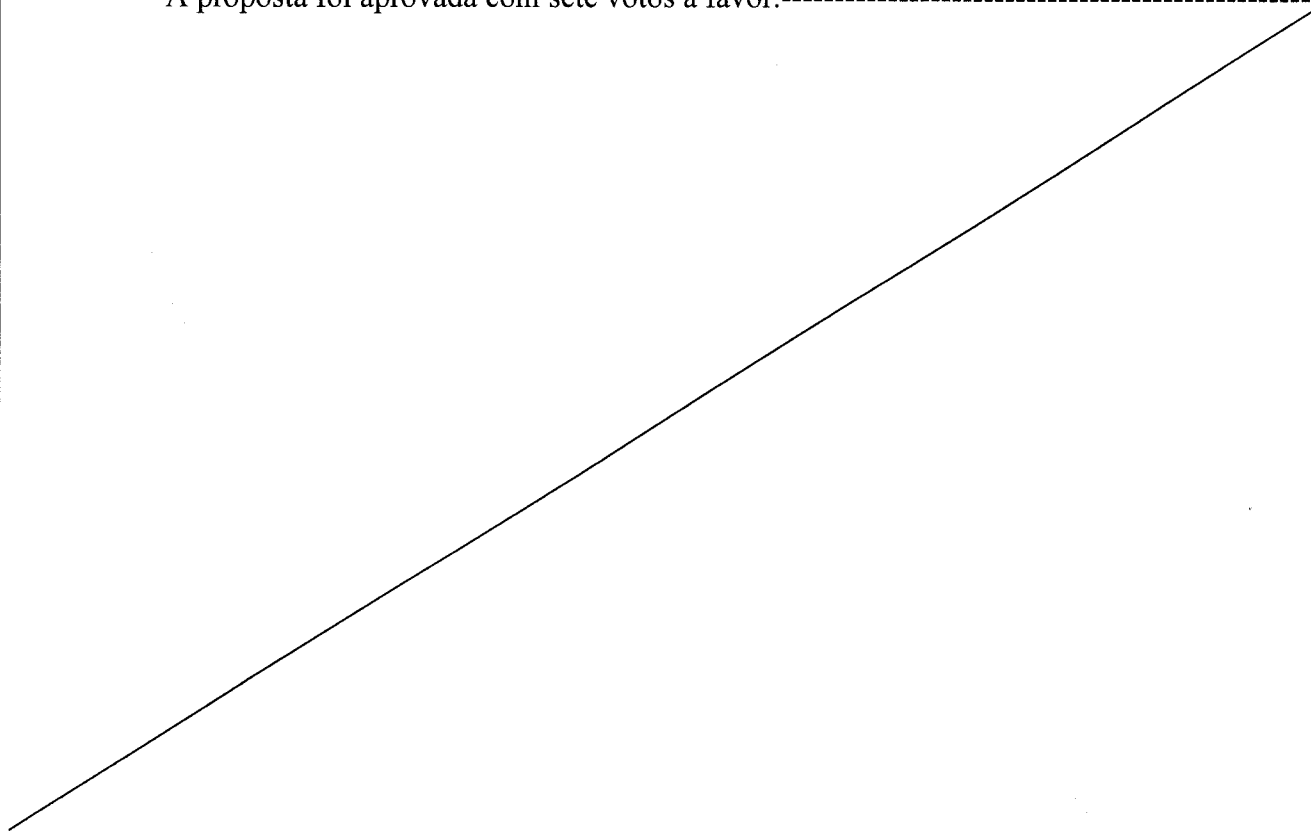
Ar
40

**13. K) AO CLUBE DE CICLOTURISMO DE SANTO TIRSO – XXIV CIRCUITO
CICLOTURISTA AO CONCELHO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente ofício de vinte e quatro de Maio findo, do Clube de Ciclismo de Santo Tirso, registado com o número seis mil setecentos e oitenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização da 24ª edição do Circuito Cicloturista ao Concelho de Santo Tirso, que terá lugar no próximo dia onze de Julho, integrado no programa das Festas de S. Bento.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Clube de Ciclismo de Santo Tirso um subsídio no montante de 1 500 € (mil e quinhentos euros), que será suportado pela rubrica orçamental com a classificação 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento nº 2531, de 29 do corrente mês de Junho.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Ar
f

13. L) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. ROSENDO, FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL)-----

Presente ofício de dezoito de Fevereiro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número dois mil seiscientos e oitenta e três, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de S. Rosendo, que tiveram lugar nos dias seis e sete de Março último.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 500,00 € (quinhentos euros) à Comissão de Festas de S. Rosendo, representada por António Moreira.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Acta N.º 16 Fl.50
30 de Junho de 2010

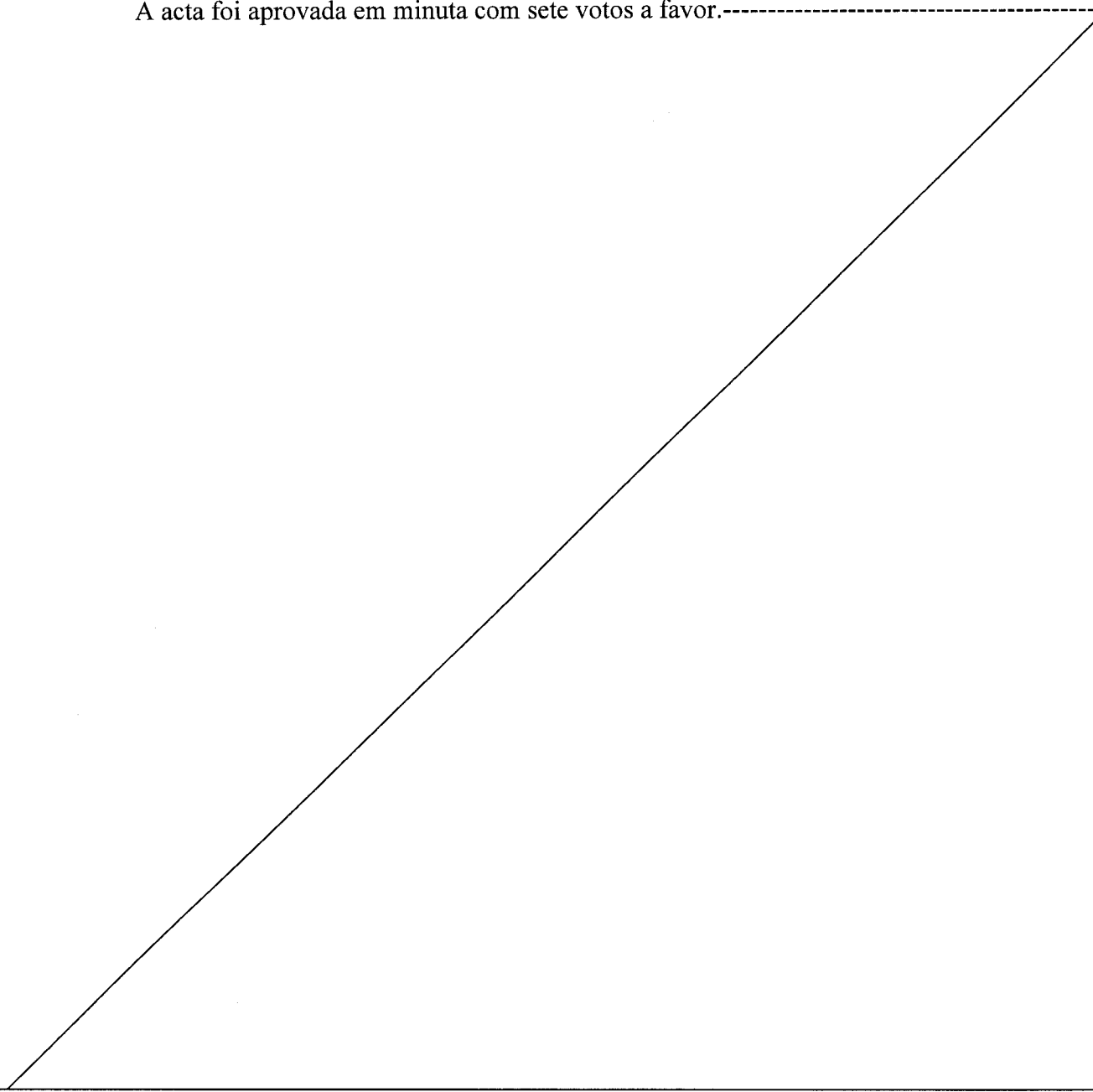
Ar
[Signature]

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com sete votos a favor.-----





AR

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem cinquenta e uma folhas e seis documentos anexos, Anexo I relativo ao item três, composto por sete folhas; Anexo II relativo ao item seis, composto por seis folhas; Anexo III relativo ao item sete, composto por duas folhas, também utilizadas no verso; Anexo IV relativo ao item oito, composto por três folhas, sendo utilizadas no verso as folhas um e dois; Anexo V relativo ao item nove, composto por quatro folhas; e Anexo VI relativo ao item dez, composto por seis folhas, todas rubricadas por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 14 / 7 / 2010 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Doz da respectiva minuta).-----

A Secretária,